

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL
Modalidade a distância.**

Vicente Alenir da Silva

**ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIAIS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA – RS,
COMO BASE INFORMACIONAL PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

**Porto Alegre
2015**

Vicente Alenir da Silva

**ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIAIS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA – RS,
COMO BASE INFORMACIONAL PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Maria Goulart
Silva

**Porto Alegre
2015**

Vicente Alenir da Silva

**ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIAIS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA – RS,
COMO BASE INFORMACIONAL PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de especialista em Gestão Pública Municipal.

Aprovado em 20 de junho de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Aragon Érico Dasso Júnior

Profa. Dra. Wendy Beatriz Witt Haddad Carraro

Dedico este trabalho a todos os cidadãos que têm direito e merecem um Estado atuante, eficaz, eficiente e que prioriza o interesse público; como também dedico a todos os servidores que estão preocupados com a melhoria dos serviços públicos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, porque todas as conquistas devem ser agradecidas e se uma oportunidade nos foi dada é porque teve a mão divina nos abençoando.

Agradeço aos familiares mais próximos que foram compreensivos e tolerantes, por entenderem como é importante a educação e o conhecimento na formação das pessoas e no desenvolvimento humano de cada um; e por entenderem a necessidade de minha ausência, ao longo destes vinte meses, para me dedicar aos estudos, neste curso de especialização.

Agradeço ao Governo Federal por implantar o projeto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), projeto que leva um ensino superior de qualidade a localidades distantes e a estudantes, que de outra forma, teriam mais dificuldades em fazer parte das estatísticas de formação em cursos superiores e cursos de pós-graduação. Agradecimentos extensivos ao poder público municipal de São Francisco de Paula – RS, que aderiu a este magnífico projeto da UAB e não mede esforços para manter em pleno funcionamento em nosso município o polo de apoio presencial para a educação a distância, com a infraestrutura necessária.

Agradeço aos servidores públicos municipais do município de São Francisco de Paula – RS, que prontamente prestaram as informações solicitadas e necessárias, referentes aos dados municipais para a elaboração do presente trabalho.

Agradeço a todo o pessoal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) envolvido neste curso de pós-graduação, a todos os professores das diversas disciplinas, e aos tutores a distância: Michelle Nascimento da Silva, Patrícia Pomerich, Gabriele Gottlieb e Rosária Lanzotti Moraes, pela dedicação, comprometimento e atenção prestados aos estudantes.

Agradeço, especialmente, à minha orientadora, Profa. Dra. Sueli Maria Goulart Silva, pois prontamente aceitou orientar-me neste trabalho, pela dedicação, pela paciência e pelas devidas orientações, tão necessárias e bem aceitas nesta etapa de conclusão de curso, uma vez que seria mais difícil para mim caso não tivesse suas instruções, sugestões e orientações.

“Os direitos humanos não são violados apenas pelo terrorismo, a repressão ou o assassinato, as estruturas econômicas injustas que geram enormes desigualdades também os violam.”

(Papa Francisco)

“Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego.”

(Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 23)

“Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.”

(Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigo 26)

RESUMO

Cada vez mais, o Estado brasileiro precisa atuar de forma eficaz e rápida para atacar os problemas contemporâneos que afligem a sociedade atual. Para tanto, um estudo com as respectivas análises dos indicadores sociais de determinada localidade são essenciais para ter-se a clara noção da realidade apresentada e poder atuar-se de forma correta, minimizando os problemas sociais. Os indicadores sociais são utilizados para subsidiar as atividades de planejamento público e políticas sociais nas diferentes esferas de governo. No presente trabalho, o objetivo foi analisar os indicadores sociais do município de São Francisco de Paula – RS diretamente relacionados às pessoas que se encontram em vulnerabilidade social, por estas serem o público alvo que mais necessita da ação governamental. Para tanto, foram analisados diversos indicadores, como: percentual de pessoas extremamente pobres, percentual de pobres, percentual de pessoas vulneráveis à pobreza, percentual de analfabetos, percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem o ensino fundamental completo e em ocupação informal, percentual de crianças de 0 a 5 anos que estão fora da escola, entre tantos outros. Todos estes resultados foram comparados aos dos municípios integrantes à Região das Hortênsias, em relação à média nacional e, em alguns casos, à média estadual, como forma de ter parâmetros de comparabilidade entre localidades próximas. Estes dados analisados foram pesquisados nos três últimos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como forma de ver a evolução de cada indicador com o passar do tempo. Verificou-se que a cada censo demográfico, de 1991 para 2000 e de 2000 para 2010, ocorreram significativas melhoras em todas as localidades pesquisadas; já por outro lado, fazendo-se a comparabilidade entre os municípios da Região das Hortênsias, chegou-se a conclusão de que o município de São Francisco de Paula – RS apresenta os piores resultados. Assim, no presente trabalho, para melhor poder sugerir meios de como atenuar os problemas sociais que afligem nossa comunidade, foi elencado um levantamento das ações, programas e políticas sociais que estão em andamento, com o intuito de mostrar que não estão dando conta de diminuir ineficiências a patamares considerados aceitáveis para o desenvolvimento humano. Por fim, na sequência, são sugeridas uma série de ações, programas ou políticas sociais que devem fazer parte da agenda dos gestores públicos locais para se reduzir os problemas e as ineficiências encontradas no referido município.

Palavras-chave: Indicadores Sociais. Município de São Francisco de Paula – RS. Políticas Públicas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização da Região das Hortênsias	31
Figura 2 - Localização do município de São Francisco de Paula - RS.....	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População total por municípios – estimada em 2014.....	30
Tabela 2 - IDESE dos municípios da RH e do Estado – 2007 a 2012.....	32
Tabela 3 - Renda <i>per capita</i> mensal dos municípios – 2010.....	39
Tabela 4 - Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres em 1991, 2000 e 2010	40
Tabela 5 - Renda <i>per capita</i> dos extremamente pobres em 1991, 2000 e 2010, em R\$.....	40
Tabela 6 - Percentual de extremamente pobres em 1991, 2000 e 2010.....	41
Tabela 7 - Renda <i>per capita</i> dos pobres em 1991, 2000 e 2010, em R\$.....	41
Tabela 8 - Percentual de pobres em 1991, 2000 e 2010	42
Tabela 9 - Renda <i>per capita</i> dos vulneráveis à pobreza em 1991, 2000 e 2010, em R\$.....	43
Tabela 10 - Percentual de vulneráveis à pobreza em 1991, 2000 e 2010	44
Tabela 11 - Percentual de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e em que ninguém tem fundamental completo nos anos de 1991, 2000 e 2010	44
Tabela 12 - Percentual de crianças de 0 a 5 anos fora da escola em 2000 e 2010 ..	46
Tabela 13 - Percentual de crianças de 6 a 14 fora da escola em 1991, 2000 e 2010	46
Tabela 14 - Percentual de pessoas em domicílios em que ninguém tem ensino fundamental completo em 1991, 2000 e 2010	47
Tabela 15 - Taxa de analfabetismo - 25 anos ou mais em 1991, 2000 e 2010.....	48
Tabela 16 - Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa, em 2000 e 2010	48
Tabela 17 - Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal em 2000 e 2010	49
Tabela 18 - Mortalidade infantil em 1991, 2000 e 2010	50
Tabela 19 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em 1991, 2000 e 2010 ..	51
Tabela 20 - IDHM Renda em 1991, 2000 e 2010.....	52
Tabela 21 - IDHM Longevidade em 1991, 2000 e 2010.....	52
Tabela 22 - IDHM Educação em 1991, 2000 e 2010	53

Tabela 23 - Percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada em 1991, 2000 e 2010	54
Tabela 24 - Percentual da população em domicílios com coleta de lixo em 1991, 2000 e 2010	55
Tabela 25 - Percentual da população em domicílios com energia elétrica em 1991, 2000 e 2010	55
Tabela 26 - Síntese dos indicadores sociais considerados críticos no município de São Francisco de Paula - RS, no ano de 2010	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP – Área de Proteção Permanente
CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CDS – Conselho de Desenvolvimento Social
CEF – Caixa Econômica Federal
CNA – Cadastro Nacional de Aprendizagem
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FEE – Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul
FDI – Fundo de Desenvolvimento Industrial
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MEI – Micro-Empreendedor Individual
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OMS – Organização Mundial da Saúde
PBF – Programa Bolsa Família
PBA – Programa Brasil Alfabetizado
PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RH – Região das Hortênsias
RDH – Relatório do Desenvolvimento Humano

SENAC – Serviço Nacional do Comércio

SENAI – Serviço Nacional da Indústria

SFP – Município de São Francisco de Paula – RS

SINE – Sistema Nacional de Emprego

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UF – Unidade da Federação

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CONCEITOS E MENSURAÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL	18
1.1 CONCEITUANDO POBREZA	18
1.2 INDICADORES SOCIAIS	19
1.2.1 Indicadores para a realização de análises	21
1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS	23
1.3.1 Formulação de Políticas Públicas	26
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
3 INDICADORES SOCIAIS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA – RS	30
3.1 O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA - RS	32
3.2 AÇÕES, PROGRAMAS OU POLÍTICAS PÚBLICAS EM ANDAMENTO EM SÃO FRANCISCO DE PAULA – RS	34
3.2.1 Programas de distribuição de renda	34
3.2.2 Ações e programas de geração de emprego e renda	35
3.2.3 Ações e programas voltados à educação	36
3.2.4 Ações e programas habitacionais	37
3.3 APRESENTAÇÃO SISTEMATIZADA DOS INDICADORES SOCIAIS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA – RS E RESPECTIVAS ANÁLISES.....	38
3.3.1 Indicadores de renda per capita	38
3.3.2 Indicadores relacionados à educação	45
3.3.3 Indicador relacionado à saúde	49
3.3.4 Indicadores relacionados ao desenvolvimento humano	50
3.3.5 Indicadores relacionados à habitação	54
3.4 INDICADORES SOCIAIS CONSIDERADOS CRÍTICOS EM SÃO FRANCISCO DE PAULA – RS.....	56
4 SUGESTÕES DE AÇÕES, PROGRAMAS OU POLÍTICAS PÚBLICAS QUE MINIMIZEM INEFICIÊNCIAS EM SÃO FRANCISCO DE PAULA – RS	58
4.1 AÇÕES OU POLÍTICAS SOCIAIS GERADORAS DE TRABALHO E RENDA	58
4.2 AÇÕES OU POLÍTICAS SOCIAIS VOLTADAS À EDUCAÇÃO.....	59
4.3 AÇÕES OU POLÍTICAS SOCIAIS VOLTADAS À HABITAÇÃO	60
REFERÊNCIAS	65

INTRODUÇÃO

A função desempenhada pelo Estado na sociedade sofreu várias transformações com o passar do tempo. Enquanto que no passado sua principal atuação era a defesa externa para a proteção contra os inimigos e a segurança pública, na atualidade, com a crescente expansão da democracia, intensificaram-se as responsabilidades do Estado, principalmente, no tocante à promoção do bem-estar da sociedade (LOPES; AMARAL; CALDAS, 2008).

Para tanto, é necessário desenvolver diversas ações e atuar de forma direta em diversas e diferentes áreas, como educação, assistência social, saúde, habitação, meio ambiente, entre outras. Para obter resultados satisfatórios nas diferentes áreas e possibilitar o bem-estar da sociedade, os governos elaboram e implementam as políticas públicas que, segundo o Sebrae (2014), são “a totalidade de ações, metas e planos que os governos nacionais, estaduais ou municipais traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público.” O uso de indicadores sociais pode ser de fundamental importância para os diversos agentes públicos envolvidos na definição e na escolha das prioridades sociais e no gasto dos recursos públicos; recursos estes que sempre são limitados, sendo necessário, portanto, estabelecer prioridades.

O propósito principal a ser apresentado neste trabalho é uma análise com base nos principais indicadores sociais, com ênfase naqueles que têm relação direta com a vulnerabilidade social, fornecendo parâmetros para a sugestão da elaboração ou implementação de políticas públicas.

Vulnerabilidade social é um termo geralmente ligado à pobreza, envolvendo pessoas ou famílias expostas à exclusão social. Estes indivíduos são aqueles que não têm vez e nem voz onde vivem, geralmente moram em sub-habitações ou em condições precárias de moradia e saneamento básico e dependem de favores de outros. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) de 2014, do PNUD (2014, p. 31), “qualquer pessoa carente do essencial para viver uma vida minimamente aceitável é verdadeiramente vulnerável.”

Apresentar sinais de desnutrição, não possuir emprego, geralmente, não possuir uma família são indicadores caracterizados como de resultado da pobreza

absoluta. As pessoas, nesta situação, tornam-se excluídas da sociedade, ficando impossibilitadas de dividir os recursos e bens oferecidos pela sociedade atual.

A redução da vulnerabilidade social é de fundamental importância para o desenvolvimento econômico e social dos países, dos estados e dos municípios; sendo nos municípios os locais onde o desenvolvimento se manifesta de forma concreta. Um país ou um estado desenvolvido é o resultado do desenvolvimento de seus municípios. E somente conhecendo a real situação da vulnerabilidade social é que será possível planejar políticas públicas eficazes que minimizem o problema.

Serão escolhidos os indicadores socioeconômicos do município de São Francisco de Paula – RS (município de SFP) que têm relação direta com a vulnerabilidade social, como base informacional para a formulação de políticas públicas. Estes indicadores serão pesquisados num espaço de tempo delimitado em 20 anos, possibilitando análises amplas como a evolução do indicador no tempo e a comparabilidade intertemporal; como também serão comparados os mesmos indicadores de municípios pertencentes à Região das Hortênsias (RH), sendo, assim, possível fazer comparabilidade intermunicipal.

Ao finalizar a pesquisa e realizar todas as análises e comparações será possível conhecer a situação da vulnerabilidade social do município de SFP e responder a pergunta de pesquisa que se tem ao começar, qual seja: Como se apresentam os indicadores sociais deste município e que ações podem contribuir para melhorá-los?

A apresentação dos indicadores nesta pesquisa, com suas respectivas análises, referentes ao município de SFP, e, ao mesmo tempo, as comparações feitas com os outros municípios que fazem parte da RH¹, será fundamental pois servirá de base informacional para a formulação e ou implementação de políticas públicas. Mostrará como se apresentam os indicadores do município comparados aos outros municípios da mesma região e à média estadual ou nacional. Com base nos resultados apresentados pelos indicadores sociais que medem os índices educacionais, a renda *per capita*, a incidência da pobreza, entre outros, será possível identificar quais devem ser as áreas prioritárias para a ação governamental nos próximos anos. A análise apresentada servirá de base informacional para a

¹ Localizada na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul e composta pelos municípios de Canela, Gramado, Nova Petrópolis, Picada Café e São Francisco de Paula – RS.

sugestão de prioridades que necessitam da ação governamental, específicas para cada demanda.

O objetivo geral será identificar e compreender os indicadores sociais de São Francisco de Paula – RS, a fim de verificar a existência, ou não, de vulnerabilidade social neste município. Após, com base nos resultados que porventura apurem ineficiências, sugerir políticas públicas atenuadoras dos casos que apresentarem resultados insatisfatórios.

Para ser possível atingir o objetivo geral descrito no item anterior é indispensável seguir os objetivos específicos, mencionados a seguir, os quais possibilitarão constituir a coleta de dados para todas as análises úteis e obrigatórias à fundamentação deste trabalho:

- a) Pesquisar os principais indicadores sociais de São Francisco de Paula – RS e da Região das Hortênsias;
- b) Identificar casos críticos de vulnerabilidade social no município de São Francisco de Paula – RS;
- c) Elaborar estudos comparativos de mesmos indicadores entre os municípios integrantes da Região das Hortênsias;
- d) Identificar ações, programas ou políticas públicas já existentes no município, voltadas a diminuir a vulnerabilidade social; e
- e) Propor e indicar melhorias na formulação ou implementação de programas ou políticas sociais, no sentido de minimizar a vulnerabilidade social no município de São Francisco de Paula – RS.

Pretende-se trazer contribuições que visem melhorar a realidade local da sociedade atual, apresentando dados que retratam a realidade de determinadas localidades, suas análises e eventuais sugestões ou indicações de melhorias, com relação à atuação governamental.

O presente trabalho servirá de base informativa para muitos interessados, tanto no meio acadêmico como fora dele, como também para atrair a curiosidade na busca de maiores conhecimentos, na medida em que abordará o referencial teórico específico, os cálculos com base em dados reais e as respectivas análises e conclusões.

Nas análises encontrar-se-ão informações, com base nos dados da realidade local, que servirão para o entendimento e mesmo à tomada de decisões de gestores

públicos, confirmando tendências de situações sociais e econômicas, tornando mais clara a real situação da comunidade local. O entendimento e as informações que se pretende trazer à comunidade científica nesta pesquisa serão importantes por se tratar de um segmento social que mais necessita da ajuda do poder público.

Poucos estudos envolvendo este tema específico de análise empírica do município de SFP também se constitui num fator importante para justificar a elaboração deste trabalho. Neste contexto, torna-se relevante este estudo, principalmente para a administração pública local, que irá dispor de importantes informações e comparações detalhadas para a tomada de decisões na elaboração ou implementação de políticas públicas. Nesta linha de pesquisa, desconhecem-se estudos prévios que visem a análise de situações de vulnerabilidade social a serem utilizados pelos gestores municipais no que se refere à formulação ou implementação de políticas públicas, especialmente no que se relaciona à eleição de prioridades de demandas para as situações de pobreza e extrema pobreza. Tal problema, no entanto, é tema recorrente na maioria dos municípios brasileiros, revelando a carência de estudos que forneçam e difundam diagnósticos locais. Não obstante, segundo o PNUD (2014, p. 24) “a maioria das vulnerabilidades continua a apresentar um caráter persistente - uma consequência da marginalização social, da insuficiência dos serviços públicos e outras falhas da ação política [...]”

No primeiro capítulo são apresentados os conceitos referentes aos principais temas que serão tratados ao longo do trabalho, conceitos indispensáveis para o entendimento da pesquisa. No segundo capítulo são informados quais os procedimentos metodológicos que o autor utiliza para a elaboração do presente trabalho. O terceiro capítulo inicia com a caracterização da RH, apresentando as cidades que a compõem e o histórico do município de SFP, a seguir são citadas todas as ações, programas e políticas sociais em andamento no município de SFP, como também e, principalmente, a apresentação da análise de todos os indicadores sociais elencados pelo autor como indispensáveis para detectar a vulnerabilidade social no município de SFP; neste capítulo ainda consta, em cada análise, um breve comparativo entre as cidades da região e a média nacional de cada indicador. O terceiro capítulo é finalizado com uma síntese dos problemas encontrados e considerados mais críticos. E, finalmente, no quarto capítulo são relacionadas as ações, programas ou políticas sociais que devem fazer parte da agenda governamental no município de SFP, como forma de amenizar as ineficiências

encontradas quanto à vulnerabilidade social. Para tanto, utiliza-se o aprendizado oportunizado pelo curso de Gestão Pública Municipal.

1 CONCEITOS E MENSURAÇÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL

Compreender a vulnerabilidade social, segundo Monteiro (2011), é pressuposto para avaliar o alcance das políticas sociais.

A vulnerabilidade social de um indivíduo, família ou grupo social refere-se a sua maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam o seu bem-estar, ou seja, a posse de controles de ativos que constituem recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pela sociedade, pelo mercado e pelo Estado. Assim, a vulnerabilidade à pobreza não restringe apenas à privação de renda, mas também às condições de saúde, ao acesso aos serviços médicos, à composição familiar, ao acesso e à qualidade do sistema educacional, à possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequados e à existência de garantias legais e políticas (KATZMAN, 1999).

Para a compreensão da vulnerabilidade social do município de SFP é essencial conhecer o conceito de pobreza, tomar conhecimento dos indicadores sociais que dão pistas sobre sua ocorrência e, também, o contexto da região onde o município está inserido. Seguem as questões detalhadamente:

1.1 CONCEITUANDO POBREZA

A pobreza é um fenômeno multidimensional, ou seja, pobre é aquele indivíduo que sofre ampla gama de privações, tais como: alimentação, moradia, saúde, educação, entre os mais importantes. No entanto, outros tantos problemas surgem pela falta de renda, e é relevante ter um conhecimento dela e de seus *links* com importantes dimensões do desenvolvimento humano (ZANDONAI, 2005).

Considerando que ser pobre é estar impedido de ter acesso a algum tipo de necessidade, com base em Sen (2010), a maioria da população mundial é acometida de alguma privação, tais como: de alimentos (de uma nutrição adequada); dos cuidados de saúde; de saneamento básico ou água potável; de uma educação eficaz; de um emprego rentável, entre as mais importantes que devem elencadas. No entanto, a insuficiência de renda deva ser uma das principais

dimensões que origina um estado de pobreza. Concordando com Zandonai (2005, p. 16) quando afirma que “[...] a pobreza é uma situação social concreta que pode ser objetivamente identificável, reconhecida pela falta de recursos dos indivíduos e das características do ser pobre,” neste trabalho a caracterização de pobreza definida pelo pesquisador será a insuficiência de recursos capazes de prover as necessidades mais essenciais de qualquer indivíduo e a impossibilidade de acesso a serviços fundamentais para o ser humano como condições dignas de habitabilidade, de acesso à educação, aos serviços e atendimentos de saúde e de acesso a um sistema de emprego e renda. Considerando que estes fatores são fundamentais para identificar problemas de vulnerabilidade social, serão essenciais suas análises, identificando e analisando os indicadores sociais a eles relacionados. Assim, será possível atingir o objetivo principal que se propõe a mostrar uma análise da realidade local como base informacional para a formulação ou implementação de programas ou políticas públicas que amenizem problemas de uma camada social que mais tem necessidade da ação governamental.

1.2 INDICADORES SOCIAIS

Segundo uma definição das Nações Unidas, em documento publicado em 1988, indicadores sociais são utilizados para subsidiar as atividades de planejamento público e políticas sociais nas diferentes esferas de governo; possibilitam o monitoramento, por parte do poder público e da sociedade, das condições de vida e de bem-estar da população; como também dão condições para o aprofundamento de estudos acadêmicos com relação a mudanças sociais e sobre determinantes de diferentes fenômenos que ocorrem nas sociedades (NAÇÕES UNIDAS, 1988 *apud* GUERRA, 2012)².

Para a formulação ou implementação de políticas públicas, os indicadores sociais são instrumentos utilizados para permitir a operacionalização das demandas de interesse programático na área social. Os indicadores apontam, aproximam, indicam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse

² NAÇÕES UNIDAS. *Handbook of social indicators*. Nova York, 1988.

definidas a partir de escolhas ou políticas realizadas anteriormente. Os indicadores se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo e possibilitam o monitoramento das condições de vida da população. Exemplos de indicadores sociais são: proporção de pobres, rendimento médio do trabalho, taxa de analfabetismo, taxas de mortalidade infantil, taxas de desemprego, proporção de crianças matriculadas nas escolas, índice de Gini, sendo estes importantes indicadores ao traduzir em números específicos as várias dimensões sociais da realidade (JANNUZZI, 2009).

Concordando com Trzesniak (1998, p. 1), quando fala sobre a importância de se construir indicadores, porque “[...] se você medir aquilo de que está falando e o expressar em números, você conhece alguma coisa sobre o assunto; mas, quando você não o pode exprimir em números, seu conhecimento é pobre e insatisfatório [...]”

É imprescindível para a formulação ou implementação de políticas públicas a análise de indicadores socioeconômicos. Em nível nacional, no ano de 1974, o governo brasileiro observou esta necessidade, quando foi criado o Conselho de Desenvolvimento Social (CDS) para conduzir as políticas sociais no Brasil, o qual em maio de 1975, dando cumprimento às diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), propôs a construção de um sistema de indicadores sociais, de produção periódica, com o objetivo de fornecer elementos para a elaboração e o acompanhamento do planejamento social (SANTAGADA, 2007). Quanto ao nível municipal, a observação dos dados fornecidos por indicadores sociais também se torna importante para acompanhar e facilitar a resolução dos problemas sociais. Esta preocupação dos governos, no sentido de atender camadas sociais menos favorecidas, obteve mais atenção a partir da Constituição Federal de 1988, que garantiu direitos sociais. Como aponta Jannuzzi (2005, p. 139), “indicadores de pobreza (no sentido de carência de rendimentos) [...] só vieram a ser regularmente produzidos quando programas e ações focalizados em grupos mais vulneráveis entraram na agenda da política social, a partir dos anos 1980.”

1.2.1 Indicadores para a realização de análises

Indicadores de boa confiabilidade, validade e desagregabilidade, dando cobertura às diversas temáticas da realidade, são essenciais para a elaboração de um diagnóstico. Com um retrato amplo e detalhado da realidade, se torna possível uma melhor orientação sobre as questões que devem ter atendimento prioritário, como também quais os programas que devem ser implementados e as ações e estratégias que devem ser desenvolvidas. Os indicadores usados na etapa do diagnóstico, em geral, são elaborados a partir dos censos demográficos do IBGE ou das pesquisas amostrais, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os censos demográficos possuem uma fonte muito ampla de indicadores necessários para a elaboração de um diagnóstico, não só pelo escopo temático, mas também pela desagregabilidade populacional e territorial e comparabilidade entre regiões (ANTICO; JANNUZZI, 2008).

Os indicadores que medem a proporção de pobres informam o percentual da população residente com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo, no período considerado, em determinado espaço geográfico e expressa a proporção da população da determinada localidade que se encontra em estado de pobreza. O uso deste indicador serve para dimensionar o contingente de pessoas em condições precárias de sobrevivência; para analisar as variações temporais e geográficas da população e da quantidade de pobres, sendo possível identificar situações que podem ensejar avaliações mais aprofundadas; para contribuir com a análise da situação socioeconômica da população, sendo possível identificar segmentos da sociedade que requerem maior atenção de políticas públicas de educação, de proteção social, de geração de emprego, entre outras; e para subsidiar processos de planejamento, avaliação e gestão de políticas de distribuição de renda. O método de cálculo deste indicador considera o total de pessoas residentes na referida localidade com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo em relação ao total da população residente no referido espaço geográfico pesquisado (JANNUZZI, 2009).

Alguns dos possíveis indicadores sociais que retratam as condições de vida de uma determinada população são: a taxa de frequência escolar e a taxa de evasão escolar de crianças e adolescentes, sendo que o primeiro mede a proporção

entre os estudantes na respectiva faixa etária que deveria estar concluindo o ensino fundamental ou médio e o total da população na mesma faixa etária e o segundo mede a proporção entre os estudantes evadidos no final do ano letivo e os matriculados no início do mesmo ano letivo; a taxa de assalariamento formal e o rendimento do trabalho, sendo que o primeiro mede a proporção entre o total de ocupados e o total de assalariados com registro em carteira de trabalho e o segundo mensura a renda auferida pelo trabalho (JANNUZZI, 2009).

Na dimensão social, os indicadores sociais devem ser separados em três distintos temas: rendimentos, saúde e educação. No tema rendimentos, é importante analisar a proporção da população com renda familiar mensal *per capita* de até meio salário mínimo; analisar o rendimento médio mensal de determinada população; a taxa de ocupação desta população; e a taxa de formalidade da ocupação. No tema saúde, é importante analisar a taxa de mortalidade infantil e a esperança de vida ao nascer. No tema educação, é aconselhável analisar a taxa de escolarização das crianças de 7 a 14 anos; a escolaridade dos adultos; e a taxa de alfabetização dos adultos (SCANDER NETO, 2006).

Quanto às condições de habitação, selecionam-se indicadores separando-os por seus componentes em condições habitacionais e saneamento básico. Com relação às condições habitacionais, verifica-se a quantidade de domicílios precários, de domicílios sem banheiros, o percentual de domicílios servidos por rede de água, o percentual de domicílios servidos por rede de esgotamentos sanitários, e do percentual de domicílios servidos por algum tipo de coleta de lixo (NAHAS *et al*, 2006). É importante também conhecer o déficit habitacional da localidade analisada, decorrente e caracterizado por habitações precárias, irregulares e pertencentes a populações em situação de vulnerabilidade social.

Assim, é relevante enfatizar e observar que bons diagnósticos de indicadores sociais devem trazer ao debate, com maior ou menor abrangência, os indicadores de saúde; os indicadores educacionais; os indicadores do mercado de trabalho; os indicadores habitacionais; e os indicadores de renda e desigualdade (JANNUZZI, 2009).

1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas “compreendem o conjunto de decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos” (RUA, 2009, p. 19); atingem toda uma comunidade; desenvolvem temas que afetam a população; têm que ser obrigatoriamente formuladas ou implementadas por organizações públicas, porque segundo Rua (2009, p. 21), “[...] são decisões e ações revestidas do poder extroverso e da autoridade soberana do poder público.”

No final do século XX, com o agravamento da crise do estado de bem estar social – o *welfare state*, com as crises econômicas, políticas e sociais enfrentadas pelo Estado, principalmente a partir do final dos anos 1970, os governos foram fortemente questionados em relação às ações que intervêm na realidade social (TREVISAN; VAN BELLEN, 2008).

Como muito bem salienta Matias-Pereira (2009, p. 185), “é oportuno observar que as demandas por políticas e ações políticas novas resultam do surgimento de novos atores políticos ou de novos problemas [...]” Assim, qualquer alteração no sistema econômico ou no comportamento dos mercados, ou alteração na realidade social de uma comunidade pode ensejar a necessidade de planejar uma nova ação governamental para diminuir determinado problema. As políticas sociais podem ser entendidas como um instrumento para promover intervenções no mercado, possibilitando a correção de falhas de mercado. Na verdade, as políticas públicas podem influenciar a vida das pessoas que são afetadas direta ou indiretamente por problemas que devem estar sob a atuação das esferas públicas (MATIAS-PEREIRA, 2009). Políticas sociais em educação e saúde e programas sociais que garantem uma renda mínima influenciam no longo prazo na redução das desigualdades sociais e redução da pobreza.

As políticas sociais são ações governamentais que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas para a redistribuição dos benefícios sociais que visam a redução das desigualdades estruturais geradas pelo desenvolvimento socioeconômico. Trata-se de uma atribuição, definida politicamente, de transferência de direitos legais aos cidadãos, direitos que consistem no repasse de dinheiro ou serviços com o objetivo de suprir necessidades

dos cidadãos que não conseguem ter acesso a estes serviços ou recursos financeiros com suas próprias forças ou dotes individuais (MATIAS-PEREIRA, 2009).

Atualmente, no Brasil, existem políticas públicas que asseguram mais trabalho e renda aos brasileiros. São programas voltados para a formação profissional de jovens e adultos, com capacitação e estímulo ao empreendedorismo. Entre os programas estão o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); o Sistema Nacional de Emprego (SINE); e a Lei da Aprendizagem (BRASIL, 2015d).

O PRONATEC é um programa que capacita as pessoas para conquistar mais oportunidades no mercado de trabalho, no qual as qualificações são totalmente gratuitas. Criado em 2011, neste programa já foram investidos cerca de R\$ 14 bilhões, visa a interiorizar e expandir a educação tecnológica e profissional. O objetivo é chegar a oito milhões de alunos matriculados em cursos técnicos profissionalizantes, em mais de 400 áreas do conhecimento (BRASIL, 2015d).

O SINE foi instituído pelo Decreto nº 76.403, de 08 de outubro de 1975. Este sistema era necessário, principalmente, para organizar as informações sobre o mercado de trabalho; cabendo-lhe, ainda: a conexão com o Programa do Seguro-Desemprego, que compreende as ações de pagamento e apoio operacional deste benefício; a intermediação de mão de obra; a qualificação profissional; a geração de informações sobre o mercado de trabalho, entre as ações mais importantes (BRASIL, 2015d).

A Lei da Aprendizagem é regulamentada pelo Decreto nº 5.598/2005 e estabelece que todas as empresas de médio e grande porte são obrigadas a contratarem jovens e adolescentes entre 15 a 24 anos, por meio de um contrato especial de trabalho, de no máximo 24 meses. Os jovens beneficiados por este programa são contratados como aprendizes, ao mesmo tempo em que são matriculados em cursos de aprendizagem, em instituições qualificadoras reconhecidas, responsáveis pela qualificação. Para auxiliar na busca por oportunidade de trabalho, foi criado o Cadastro Nacional de Aprendizagem (CNA), o qual tem como finalidade registrar as entidades de formação técnico-profissional e estimular o encaminhamento para o emprego (BRASIL, 2015d).

As ações voltadas para a geração de trabalho e renda devem, principalmente, concentrar esforços na criação de novos postos de trabalho. Para isso, é essencial que a administração pública dos municípios tenha a preocupação em atrair novas

empresas. Esta tarefa inclui um planejamento, sendo necessário um estudo para analisar as possibilidades dos segmentos de empresas e indústrias que poderão ser atraídos. As cidades devem oferecer uma infraestrutura necessária, como vias de acesso e energia elétrica com capacidade suficiente para abrigar indústrias. A criação de distritos industriais é uma opção vista com bons olhos pelo mercado. O município estar bem localizado é um ponto positivo, porque muitas empresas e indústrias escolhem onde abrir suas filiais pela localização. Estar próximo a aeroportos, a estradas ou rodovias que interligam grandes centros, que passam entre grandes polos industriais, ou próximo a portos são pontos fundamentais na escolha do município a se instalar. O município deve dispor de mão de obra qualificada, porque as empresas, antes de definirem onde abrirão novas fábricas ou filiais, procuram se certificar se a mão de obra da região irá atender as suas necessidades. Quanto à tributação, é preciso rever quais os incentivos podem ser oferecidos às empresas, pois pode significar uma economia considerável para os futuros empreendedores e influir na decisão da escolha do município a se instalar. É importante divulgar nos meios de comunicação todas as melhorias e investimentos presentes no município. É necessário sempre estar informado sobre as tendências do mercado, sabendo quais os setores estão crescendo, porque estes são os que estarão fazendo investimentos e poderão se alocar na cidade (ADMINISTRADORES, 2010).

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) é realizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), desde 2003, e é voltado para a educação de jovens, adultos e idosos. Este programa é uma porta de acesso à cidadania e desperta o interesse pela elevação da escolaridade. Os municípios recebem apoio técnico na implantação do programa, o qual visa garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizando. O objetivo é promover a superação do analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil, reconhecendo que a educação é um direito humano e a oferta pública da alfabetização é a porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida (BRASIL, 2015c).

1.3.1 Formulação de Políticas Públicas

Dados fornecidos por indicadores sociais podem ser determinantes a ponto de uma determinada questão ser incluída na agenda de políticas públicas. Casos de vulnerabilidade social devem ser considerados relevantes para os agentes públicos que elaboram as políticas sociais.

De acordo com Camargo (2004), a definição das políticas sociais e a estruturação dos programas sociais devem estar alicerçados nos objetivos que os programas e as políticas pretendem atender. Reduzir os índices de pobreza, criar mecanismos que façam reduzir o analfabetismo, criar redes de proteção social e proporcionar melhorias das condições de saúde são apenas alguns dos objetivos que podem nortear as políticas públicas.

Para a formulação de políticas públicas, Lindblon (1981) recomenda que os seguintes passos devem ser considerados: os diferentes problemas e reclamações, sociais ou de governo chegam ao processo de decisão e transformam-se em temas da agenda política dos dirigentes; as pessoas ou atores concretamente envolvidos com o processo concebem, elaboram ou descrevem estes temas objetos da ação governamental; planejam-se a ação futura, com os fatos envolvidos, os objetivos, as alternativas e os resultados almejados; os administradores implementam a política planejada; e a respectiva política pode ser avaliada.

Tomando por base um trabalho realizado na cidade de Belo Horizonte – MG por Nahas, Oliveira e Carvalho Neto (2002), o qual mostra que na situação de vulnerabilidade social, promover o acesso de todos à escolarização, no mínimo a nível de ensino médio, sem dúvida alguma se constitui numa política pública de inclusão no mercado formal de trabalho e de acesso à renda. Para isto, é indispensável existir no local onde as pessoas residem escolas que disponham de vagas suficientes à totalidade da população. Este mesmo trabalho mostra que a taxa de desemprego é menor para a população mais escolarizada e que a inserção no mercado de trabalho depende de outras variáveis, entre elas, uma principal é a qualificação profissional. Desta forma, quando se fala de formulação de políticas públicas para promover a inclusão da população vulnerável no mercado de trabalho e o acesso à renda, sem dúvida alguma que a promoção da escolarização para todos se mostra fundamental, porém faz-se necessário adotar políticas de

qualificação profissional para inserção em diversos segmentos do mercado. Afinal, uma gestão pública deve ser comprometida com as questões sociais, fazendo da exclusão social um desafio, sempre buscando alternativas para possibilitar melhores condições de vida para a população que se encontra em estado de vulnerabilidade social (NAHAS; OLIVEIRA; CARVALHO NETO, 2002).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Optou-se pela pesquisa quantitativa dos indicadores socioeconômicos de São Francisco de Paula – RS e demais municípios integrantes da Região das Hortênsias e análise dos dados obtidos, a fim de conhecer o tema em profundidade.

A pesquisa quantitativa, segundo Zanella (2009, p. 77) “[...] preocupa-se [...] com representatividade numérica, isto é, com a medição objetiva e a quantificação dos resultados. Procura medir e quantificar os resultados da investigação, elaborando-os em dados estatísticos.”

Esta pesquisa teve como referência diversos indicadores socioeconômicos, com o objetivo de obter um diagnóstico amplo do município em questão. Para isto, o pesquisador elencou diversos indicadores que mais tiveram relação direta com a pobreza e a extrema pobreza.

O pesquisador buscou diversos dados secundários como: renda *per capita*, nível de escolaridade, população, taxa de analfabetismo, mortalidade infantil, densidade demográfica, percentual de domicílios com rede de esgoto, abastecimento de água e coleta de lixo, evolução da pobreza, índice de desenvolvimento humano municipal, entre outros. Estes dados foram buscados nos *sites* do IBGE, do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), selecionando-os conforme a especificidade de cada indicador. A população de estudo foi a dos municípios da RH: Canela, Gramado, Nova Petrópolis, Picada Café e São Francisco de Paula – RS.

Os dados coletados são apresentados principalmente sob a forma de tabelas, de forma que as informações se mostrem com muita clareza, possibilitando análises sob diversos ângulos. O pesquisador elabora as diversas tabelas em uma sequência encadeada, com determinados dados mostrados em sequência, de forma que indicadores inter-relacionados são apresentados um após outro, a fim de facilitar o entendimento. Tratando-se de pesquisa quantitativa, o pesquisador se utiliza de técnicas estatísticas, da estatística descritiva, que possibilitam as análises que os objetivos buscam atingir. As tabelas apresentadas são elaboradas pelo pesquisador, com os dados buscados nos *sítios* específicos, os quais possibilitam os estudos

necessários que são propostos no presente trabalho. Cada tabela é antecedida pela respectiva análise focada ao tema principal que o autor pretende mostrar: a pobreza e a extrema pobreza como causas principais da vulnerabilidade social.

3 INDICADORES SOCIAIS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA – RS

Inicia-se este capítulo caracterizando a região que o município de SFP está inserido, após traz-se um breve histórico do município a ser analisado, para na sequência expor em detalhes os dados considerados importantes para a análise dos indicadores sociais e a formulação de políticas públicas.

A Região das Hortênsias é formada pelos municípios de Canela, Gramado, Nova Petrópolis, Picada Café e São Francisco de Paula, todos fazendo parte da serra gaúcha. Esta região tem como principal atividade econômica o turismo, destacando-se, no Rio Grande do Sul, como polo de referência no setor. Sua infraestrutura abrange parques naturais, rede hoteleira diversificada e vias de acessos aos principais centros urbanos. Situa-se a 136 km da capital Porto Alegre.

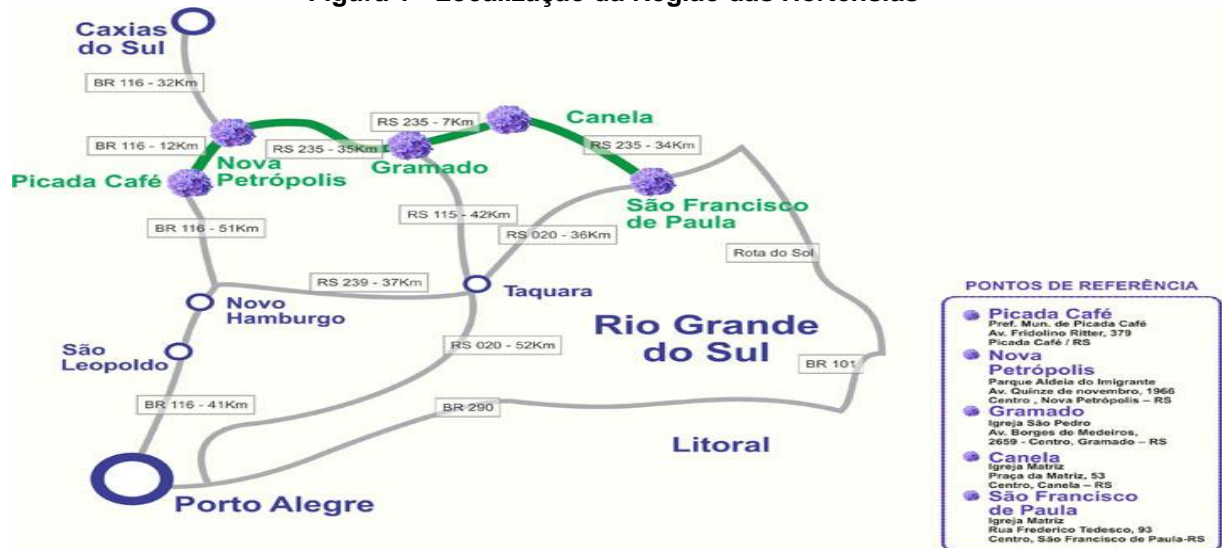
Tabela 1 - População total por municípios – estimada em 2014

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	% NA RH	ÁREA EM KM ²	DENSIDADE DEMOGRÁFICA
Canela (RS)	42.057	34,01%	253,77	165,73
Gramado (RS)	34.365	27,79%	237,83	144,50
Nova Petrópolis (RS)	20.275	16,39%	291,30	69,60
Picada Café (RS)	5.498	4,45%	85,15	64,57
São Frco. de Paula (RS)	21.482	17,37%	3.272,98	6,56
Total	123.677	100,00%	4.141,02	

Fonte: IBGE (2014a)

A Tabela 1 ilustra a distribuição da população nos diferentes municípios da RH, a representação percentual de cada município em relação ao total da região, a extensão territorial e a densidade demográfica de cada município; e a Figura 1 ilustra a localização da região.

Figura 1 - Localização da Região das Hortênsias



Fonte: Visão (2015)

Cabe mostrar que os municípios da região apresentam diferentes resultados dos Índices de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). O IDESE é elaborado pela FEE e tem por finalidade mostrar o grau de desenvolvimento de todos os municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Este índice agrega em seu cálculo indicadores de renda, de educação e de saúde. Um IDESE alto é acima de 0,80, médio entre 0,50 e 0,79 e baixo, abaixo de 0,49 (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

De acordo com a Tabela 2, observa-se que todos os municípios da RH apresentaram evolução no índice, de 2007 até 2012, seguindo a média estadual que também mostra crescimento. Em todos os anos pesquisados, o município de Picada Café tem os melhores resultados e São Francisco de Paula apresenta os resultados mais baixos do IDESE, resultados esses abaixo da média do Estado do Rio Grande do Sul. Com exceção de Nova Petrópolis que em 2012 atingiu a classificação de alto IDESE e Picada Café que atingiu em 2011 e manteve em 2012 a mesma classificação, os demais municípios estão classificados em médio desenvolvimento, em todos os anos pesquisados. Apenas os municípios de Canela e São Francisco de Paula apresentam resultados inferiores à média estadual. Reduzir a vulnerabilidade social contribui para melhorar o IDESE de cada município.

Tabela 2 - IDESE dos municípios da RH e do Estado – 2007 a 2012

ANO	CANELA	GRAMADO	NOVA PETRÓPOLIS	PICADA CAFÉ	SÃO FCO. DE PAULA	ESTADO
2007	0,64	0,72	0,73	0,76	0,60	0,70
2008	0,65	0,70	0,72	0,77	0,62	0,70
2009	0,66	0,74	0,76	0,79	0,63	0,71
2010	0,68	0,75	0,77	0,79	0,63	0,73
2011	0,68	0,78	0,79	0,81	0,64	0,74
2012	0,70	0,78	0,80	0,81	0,64	0,74

Fonte: FEE (2014)

3.1 O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA - RS

O povoado de São Francisco de Paula teve seu início com o militar Pedro da Silva Chaves. Natural de Lisboa, capital de Portugal, recebeu uma porção de terras na região e doou uma parte destas terras e algumas vacas para uma igreja, a qual foi mais tarde construída por ele. Esta igreja teve sua primeira missa rezada pelo filho deste militar português que doou as terras (IBGE, 2014b).

Em 30 de novembro de 1852, pela Lei Provincial nº 266, começa a formação administrativa com a criação do Distrito denominado São Francisco de Paula de Cima da Serra; na época subordinado ao município de Taquara do Mundo Novo. Em 23 de dezembro de 1902, pelo Decreto Estadual nº 563, foi desmembrado do município de Taquara do Mundo Novo e elevado à categoria de município, com a denominação de São Francisco de Paula de Cima da Serra. A última divisão territorial, datada de 1995, que está em vigor atualmente, constitui o município em 07 (sete) distritos, quais sejam: sede, Tainhas, Rincão dos Kroeff, Eletra, Juá, Lajeado Grande e Cazuza Ferreira (IBGE, 2014b).

O município possui, atualmente, 17 escolas municipais (02 escolas de educação infantil, 01 de educação especial e 14 de ensino fundamental), 12 escolas estaduais e 01 escola particular. Na área da saúde possui 01 hospital, 09 postos municipais de saúde, sendo 04 localizados na área urbana da cidade e 05 localizados nos distritos do interior do município (SÃO CHICO, 2015).

O município de São Francisco de Paula está situado na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, ocupando uma extensão territorial de 3.272,978 km², pertencendo ao Bioma Mata Atlântica, com uma população estimada de 21.408

habitantes em 2013 (IBGE, 2014a). Segundo dados da FEE (2014), o município possuía no ano de 2010 uma taxa de analfabetismo de 7,46%, considerando as pessoas com 15 anos ou mais; uma expectativa de vida ao nascer de 68,97 anos; e um coeficiente de mortalidade infantil de 14,18 por mil nascidos vivos.

Limita-se ao norte com o município de Vacaria, estando deste a 162 km de distância e com o município de Bom Jesus, distante 102 km; ao sul com Maquiné, distante 60 km, com Riozinho, distante 66 km, com Rolante, distante 60 km, com Taquara, distante 40 km e com Três Coroas, distante 24 km; limita-se ao leste com o município de Jaquirana, distante 77 km, com Cambará do Sul, distante 78 km, com o Estado de Santa Catarina, distante 119 km, com Três Forquilhas, distante 73 km e com Terra de Areia, estando distante 86 km; e a oeste limita-se com Canela, distante 32 km e com Caxias do Sul, distante 130 km. São Francisco de Paula está localizado a uma distância de 112 km de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. As principais vias de acesso são as rodovias estaduais RS 235, RS 020, RS 110 e RS 453 (SÃO CHICO, 2015).

Figura 2 - Localização do município de São Francisco de Paula - RS



Fonte: São Chico (2015)

Após uma breve seção trazendo informações que dão uma noção bem geral das características da RH, população, extensão territorial, densidade demográfica e IDESE dos municípios que a compõem; bem como, principalmente, informações mais detalhadas da história inicial da formação do município de SFP e sua

localização geográfica, a partir da próxima seção serão detalhadas todas as ações, programas ou políticas públicas que estão em andamento no município de SFP.

3.2 AÇÕES, PROGRAMAS OU POLÍTICAS PÚBLICAS EM ANDAMENTO EM SÃO FRANCISCO DE PAULA – RS

Nesta seção serão apresentados todas as ações, programas ou políticas públicas que estão em andamento no município de SFP com relação à distribuição de renda, à geração de emprego e renda, à educação e à habitação; com base em arquivos buscados nas respectivas secretarias municipais, os quais estão devidamente citados e referenciados.

3.2.1 Programas de distribuição de renda

Como programas de distribuição de renda, o município de SFP possuía no ano de 2014:

- O Programa Bolsa Família (PBF), que é um programa do governo federal de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficia famílias em extrema pobreza e pobres, inscritas no CadÚnico. Através deste programa, no município, estão sendo beneficiadas mais de 1.250 famílias;
- O Benefício de Prestação Continuada (BPC), que é uma concessão dada pelo governo federal de benefício assistencial não contributivo no valor de um salário mínimo, no caso de idosos acima de 65 anos e de pessoas com deficiência, com renda mensal *per capita* de até um quarto de salário mínimo, que comprovem não ter condições de prover sua própria subsistência ou tê-la provida por sua família, segundo o artigo 20 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). No município, entre pessoas idosas e pessoas com deficiência, 275 recebem o benefício; e
- O Benefício Eventual é regulamentado pelo artigo 22 da LOAS e pela Lei Municipal nº 2.496/2007 e visa ao pagamento de auxílio por natalidade ou

morte às famílias cuja renda mensal *per capita* seja inferior a um quarto de salário mínimo. Para atender a situações de vulnerabilidade temporária, são estabelecidos outros benefícios eventuais, com prioridade à criança, à família, ao idoso, à gestante, à nutriz, à pessoa com deficiência e nos casos de calamidade pública. No ano de 2014, o município de SFP concedeu uma quantidade aproximada de 2.536 benefícios eventuais (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2014).

3.2.2 Ações e programas de geração de emprego e renda

O Departamento do Trabalho da Secretaria Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social encaminhou, no ano de 2014, 295 pessoas para emprego, sendo destes, 183 empregos efetivados. Em agosto de 2013, com o objetivo de promover cursos de educação profissional e tecnológica gratuitos, iniciou-se o PRONATEC, criado pelo governo federal e aderido pelo município. Em parceria com as instituições Serviço Nacional da Indústria (SENAI) e Serviço Nacional do Comércio (SENAC), no ano de 2014, diversos cursos foram ofertados, entre eles: manicure e pedicure, auxiliar administrativo, recepcionista, recepcionista em meios de hospedagem, jardineiro, eletricista, pedreiro de alvenaria, vendedor, auxiliar de manutenção predial e costureiro de calçados. Ao total, 170 munícipes frequentaram estes cursos. No sistema Universidade Aberta do Brasil, no polo de apoio presencial mantido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, estão em andamento diversos cursos técnicos profissionalizantes, tais como: técnico em mecânica; técnico em automação industrial; técnico em segurança do trabalho; técnico em guia de turismo; técnico em administração; e técnico em biblioteconomia (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2014).

Em 31 de dezembro de 2013, segundo informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), existiam no município de SFP 3.775 empregos formais, distribuídos de acordo com os setores do IBGE, da seguinte forma: 887 empregos na indústria de transformação; 52 empregos em serviços industriais de utilidade pública; 30 empregos na construção civil; 826 empregos no comércio; 726 empregos na prestação de

serviços; 541 empregos na administração pública; e 713 empregos na agropecuária. Os trabalhadores detentores destes empregos tinham entre 15 e 65 anos. Apenas 40 trabalhadores tinham idade superior a 65 anos (BRASIL, 2014). Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a), no ano de 2010, o grau de formalização dos ocupados, ou seja, o percentual de empregos formais atingia apenas 56,57% em relação a todos os ocupados e a população economicamente ativa, no mesmo ano, a partir dos 15 anos, era de 10.678 pessoas.

Com base nas estatísticas do cadastro central de empresas do IBGE (2014a), o município de SFP possuía, em 2012, 926 unidades de empresas atuantes.

A Lei Municipal nº 1.059, de 15 de maio de 1989, criou o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) do município, com recursos de dotações orçamentárias próprias, que devem ser fixados anualmente e aplicados, preferencialmente, no incentivo e na formação de infraestrutura de novas empresas que venham a se instalar no município e de empresas já instaladas que pretendam ampliar suas atividades ou instalar novas unidades. Esta Lei previu também incentivos, tais como isenção dos impostos municipais, abertura de acessos viários, fornecimento de brita para compactação de estradas e vias de acesso, terraplanagem de área industrial. Estes incentivos também foram concedidos a hotéis (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 1989a).

A Lei Municipal nº 1.076, de 22 de agosto de 1989, constituiu o distrito industrial do município, que ficou integrado por duas áreas de terras, uma com 20,54 ha e outra com 20,16 ha, áreas que serviram para a instalação do distrito industrial, abrigando indústrias de pequeno e médio porte, comércio, serviços e residências afins (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 1989b).

3.2.3 Ações e programas voltados à educação

Os resultados finais do censo escolar de 2014 do município de SFP mostram que o número de alunos matriculados na rede pública estadual e municipal são os seguintes: na educação infantil: 186 alunos na creche e 273 alunos na pré-escola; no ensino fundamental: 1.701 alunos cursando as séries iniciais e 1.259 alunos cursando as séries finais; no ensino médio: 698 alunos (incluídos neste nível de

ensino, 43 alunos matriculados em escola da rede privada); e na Educação de Jovens e Adultos (EJA): 143 cursando o ensino fundamental e 132 cursando o ensino médio (BRASIL, 2015a).

As quantidades de escolas existentes no município de SFP no ano de 2012, incluindo as localizadas na área urbana e na zona rural, segundo dados do IBGE (2014a) são: 10 escolas que atendem ao ensino pré-escolar, sendo 05 da rede estadual e 05 da rede municipal; 26 escolas que atendem ao ensino fundamental, sendo 11 escolas estaduais e 15 escolas municipais; e 03 escolas que disponibilizam o ensino médio, sendo 02 escolas estaduais e uma escola privada.

O Programa Pró-Infância é a principal ação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com relação à infraestrutura educacional, o qual faz a transferência de recursos financeiros a municípios para construir as escolas de educação infantil e adquirir equipamentos e mobiliários para estas escolas; bem como presta assistência técnica (BRASIL, 2015b). Atualmente, o município de SFP dispõe de 02 escolas de Educação Infantil em funcionamento (as duas com capacidade de, aproximadamente, 300 alunos), 01 escola em fase de construção com previsão de término para o próximo ano, com capacidade de, aproximadamente, 180 alunos e mais 01 escola em projeto de construção, com capacidade de, aproximadamente, 60 alunos (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2014).

O município de SFP possui aproximadamente 100 alunos matriculados na alfabetização de adultos que fazem parte do PBA, programa cujo objetivo é “promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil” (BRASIL, 2015c, p. 1).

3.2.4 Ações e programas habitacionais

Está se encaminhando para os procedimentos finais e, assim, sendo possível abrigar 17 famílias, tirando-as da vulnerabilidade social quanto à habitabilidade em 17 unidades habitacionais, projeto oriundo do contrato nº 0342896-57/2010, entre a União e o município de SFP, através da Caixa Econômica Federal (CEF). Está em fase inicial um projeto habitacional para a construção de 105 unidades habitacionais,

incluindo neste projeto a construção de uma escola, conforme contrato com a CEF nº 0352412-15, através do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)³, do governo federal (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2014).

3.3 APRESENTAÇÃO SISTEMATIZADA DOS INDICADORES SOCIAIS DE SÃO FRANCISCO DE PAULA – RS E RESPECTIVAS ANÁLISES

Os dados pesquisados a seguir referem-se a dados apurados nos três últimos censos demográficos realizados no Brasil, compreendendo um espaço de tempo de 20 anos entre o primeiro e o último censo analisado, tempo razoável para analisar como ocorreu a evolução de cada indicador.

3.3.1 Indicadores de renda per capita

Cabe mencionar que os municípios que integram a RH apresentam disparidades com relação à renda *per capita*. Renda *per capita* é a renda média de cada pessoa residente no município. Para se calcular este valor, soma-se a renda de todos os residentes e divide-se pelo número de todas as pessoas que moram no município, incluindo as crianças e as pessoas que têm renda igual a zero. Conforme a Tabela 3, o município da região que apresenta a menor renda *per capita* é SFP, menor até que a renda nacional, uma renda de R\$ 628,15 por habitante, enquanto o município de Gramado tem uma renda *per capita* de R\$ 1.045,52 por pessoa, sendo a maior da região. No caso de Gramado, a explicação é que o município representa um importante polo turístico da região sul do Brasil. Assim, cada município deve ser tratado de acordo com a sua estrutura produtiva e as diferenças entre os municípios podem revelar diferentes estruturas geradoras de riqueza, de vulnerabilidade social e até mesmo de pobreza. Neste estudo, não nos propomos a mostrar as causas das

³ Este programa se propõe a subsidiar a aquisição da casa própria para famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 e facilitar as condições de acesso para as famílias com renda de até R\$ 5.000,00; sendo a seleção dos beneficiários de responsabilidade das prefeituras municipais, as quais devem fazer o cadastro dos interessados (BRASIL, 2013c, p. 1).

diferenças existentes nos municípios e, sim, com base nos resultados apresentados pelos indicadores sociais, propor programas ou políticas públicas que sejam atenuadores da vulnerabilidade social no município de São Francisco de Paula – RS.

Tabela 3 - Renda *per capita* mensal dos municípios – 2010, em R\$

Localidade	Renda	Diferença da Renda Nacional
Brasil	793,87	
Canela (RS)	787,78	-0,77%
Gramado (RS)	1.045,52	31,70%
Nova Petrópolis (RS)	994,67	25,29%
Picada Café (RS)	792,06	-0,23%
São Francisco de Paula (RS)	628,15	-20,87%

Fonte: FEE (2014)

Pela análise da Tabela 4 verifica-se que, no período analisado, houve uma evolução do percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres, ou seja, houve um aumento em relação ao poder de compra desta classe social, ocorrendo redução da desigualdade social. Comprova a redução da desigualdade social, o Índice de Gini de SFP que passou de 0,55 em 1991 para 0,46 em 2010. Este índice é um instrumento usado para medir o nível de concentração de renda. Ele mostra a diferença entre a renda dos mais pobres e dos mais ricos. Varia de 0 a 1, sendo 0 a situação de igualdade total e 1 a completa desigualdade (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2015a). Como em quase todos os indicadores sociais, SFP apresenta também um desempenho inferior no percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres. É importante observar que todos os municípios da região apresentam resultados melhores que a média nacional. Apesar disto, o indicador mostra que, no ano de 2010, 20% da população (no caso, os mais pobres) de SFP se apropriavam de apenas 4,6% da renda gerada no município, denotando que a desigualdade social ainda é significativa, o que sugere a ampliação da ação governamental no sentido de políticas sociais geradoras de trabalho e renda, e ampliação de programas sociais focados na distribuição de renda.

Tabela 4 - Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres em 1991, 2000 e 2010

Localidade	1991	2000	2010
Brasil	1,92	1,84	2,41
Canela (RS)	4,03	3,78	4,67
Gramado (RS)	3,95	4,76	5,27
Nova Petrópolis (RS)	3,96	4,83	5,95
Picada Café (RS)	5,20	7,44	7,70
São Francisco de Paula (RS)	3,05	3,22	4,60

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a)

A renda *per capita* dos extremamente pobres é calculada pela média aritmética da renda das pessoas que tinham uma renda de até R\$ 70,00, a preços dos anos em que foram realizados os censos demográficos. Os valores apresentados na Tabela 5 são valores mensais e expressam valores muito baixos, com os quais é impossível qualquer pessoa satisfazer as suas necessidades mais essenciais. Observando a Tabela 5, verifica-se que na maioria dos municípios pesquisados esta renda diminuiu, inclusive diminuiu a renda média nacional, denotando que um problema que, por sua natureza, já é muito preocupante, se torna mais preocupante ainda. Por tratar-se de pessoas que, muitas vezes, não conseguem se inserir no mercado e deste absorver seus benefícios, se faz imprescindível a ação governamental no sentido de promover programas sociais que garantam uma renda mínima a esta classe social totalmente desfavorecida.

Tabela 5 - Renda *per capita* dos extremamente pobres em 1991, 2000 e 2010, em R\$

Localidade	1991	2000	2010
Brasil	40,91	35,64	31,66
Canela (RS)	50,56	49,52	27,99
Gramado (RS)	41,43	46,17	50,90
Nova Petrópolis (RS)	52,81	49,63	23,41
Picada Café (RS)	50,92	--	--
São Francisco de Paula (RS)	45,96	33,84	38,49

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil no Brasil (2015a)

A Tabela 6 mostra o percentual de extremamente pobres que estão enquadrados entre aqueles que têm a renda mensal *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00. Observa-se que no período mostrado houve uma significativa redução da quantidade de pessoas que se encontravam nesta faixa de renda, sendo isto um ponto positivo que deve ser salientado. Os municípios integrantes da RH apresentam percentuais menores que o apresentado pela média nacional, o que

significa dizer que esta região tem, proporcionalmente, menos extremamente pobres que a média nacional, porém o município de SFP apresenta o maior índice entre os cinco pesquisados. Em 2010, um índice de 2,64% de pessoas extremamente pobres em relação a uma população total de 20.537 habitantes no município de SFP, segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a), significa uma quantidade de aproximadamente 542 pessoas. Considerando que 542 pessoas é uma quantidade significativa e que estas pessoas têm uma renda *per capita* mensal de apenas R\$ 38,49, que é muito baixa, se faz necessária a ampliação da atuação do poder público municipal, no sentido de promover a redução da quantidade de cidadãos extremamente pobres.

Tabela 6 - Percentual de extremamente pobres em 1991, 2000 e 2010

Localidade	1991	2000	2010
Brasil	18,64	12,48	6,62
Canela (RS)	5,79	4,46	1,34
Gramado (RS)	3,41	1,86	0,32
Nova Petrópolis (RS)	3,43	0,95	0,13
Picada Café (RS)	1,74	0,00	0,06
São Francisco de Paula (RS)	15,00	7,41	2,64

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a)

A renda *per capita* dos pobres é o resultado do cálculo da média da renda das pessoas com rendimentos acima de R\$ 70,01 até rendimentos iguais ou inferiores a R\$ 140,00 mensais, a preços do ano de cada censo demográfico (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2015a). Pela análise da Tabela 7 verifica-se que o rendimento dos pobres aumentou em todas as localidades pesquisadas, no período de 1991 a 2010, relatando que houve uma evolução significativa do índice nos municípios de Gramado e Picada Café. Os municípios pesquisados apresentam uma renda *per capita* superior à média nacional e o município de SFP tem a menor renda em relação aos demais municípios da RH.

Tabela 7 - Renda *per capita* dos pobres em 1991, 2000 e 2010, em R\$

Localidade	1991	2000	2010
Brasil	71,86	72,75	75,19
Canela (RS)	91,53	85,06	90,92
Gramado (RS)	88,19	81,02	105,01
Nova Petrópolis (RS)	87,90	91,58	95,49
Picada Café (RS)	92,51	117,61	117,50
São Francisco de Paula (RS)	75,42	86,56	86,56

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a)

A Tabela 8 mostra o percentual de pobres nas localidades pesquisadas, considerando como pobres aqueles que têm uma renda *per capita* mensal de até R\$ 140,00. Pela análise, conclui-se que a quantidade de pessoas enquadradas nesta faixa de renda diminuiu consideravelmente a cada novo censo demográfico, sendo um ponto positivo que deve ser salientado. Os municípios da RH apresentam índices menores que a média nacional, significando que esta região tem proporcionalmente menos pobres que a média do Brasil. Por outro lado, o município de SFP, como na maioria dos indicadores mostrados, apresenta um resultado inferior na comparação com seus vizinhos. No ano de 2010, um percentual de 7,80 em relação a uma população de 20.537 habitantes equivale a 1.601 cidadãos que percebem uma renda mensal média de apenas R\$ 86,56, de acordo com dados da Tabela 7. O valor da renda é muito baixo e a quantidade de pessoas é expressiva, o que leva a ensejar que o poder público deve atuar de forma mais eficaz.

Tabela 8 - Percentual de pobres em 1991, 2000 e 2010

Localidade	1991	2000	2010
Brasil	38,16	27,90	15,20
Canela (RS)	24,29	11,95	5,48
Gramado (RS)	14,55	4,82	2,18
Nova Petrópolis (RS)	14,35	4,86	1,27
Picada Café (RS)	9,39	4,22	1,66
São Francisco de Paula (RS)	31,89	24,65	7,80

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a)

A renda *per capita* dos vulneráveis à pobreza é calculada com base na renda das pessoas que têm rendimentos entre R\$ 140,01 até R\$ 255,00 e este valor se refere a preços de cada censo demográfico. Pela análise da Tabela 9, observa-se que em todas as localidades houve evolução deste valor ao longo dos vinte anos pesquisados. Os cinco municípios da RH apresentam renda maior que a média nacional, porém o município de SFP, em comparação à maioria dos outros municípios da região, no ano de 2010, apresenta a renda *per capita* mais baixa.

Tabela 9 - Renda *per capita* dos vulneráveis à pobreza em 1991, 2000 e 2010, em R\$

Localidade	1991	2000	2010
Brasil	113,41	123,07	142,72
Canela (RS)	146,14	157,45	173,79
Gramado (RS)	156,66	165,68	185,23
Nova Petrópolis (RS)	162,12	166,21	193,48
Picada Café (RS)	163,42	168,45	191,03
São Francisco de Paula (RS)	133,36	138,27	174,16

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a)

A Tabela 10 mostra o percentual de pessoas vulneráveis à pobreza nas localidades pesquisadas, sendo considerados para tal aqueles municípios que percebem renda mensal *per capita* de até R\$ 255,00. Verifica-se que o percentual decaiu progressivamente em todos os municípios pesquisados a cada novo censo demográfico, o que é ótimo, mais ainda é preocupante. Deduz-se que, ainda, a desigualdade social é expressiva. Uma grande parcela da população recebe renda muito baixa. Todos os municípios da RH apresentam percentuais de vulneráveis à pobreza menores que o percentual da média nacional, todavia o município de SFP apresenta percentuais alarmantes em todos os três censos demográficos, apesar deste percentual decair a cada novo censo. Isto porque, considerando o resultado do ano de 2010, 28,77% em relação a uma população de 20.537 habitantes, segundo o IBGE (2014a), equivale a aproximadamente 5.908 pessoas. Com base nestes dados apresentados, a quantidade de pessoas vulneráveis à pobreza, as quais percebem uma renda mensal *per capita* muito baixa, deve ser motivo de preocupação do poder público e é fato relevante para ocupar a agenda das políticas e programas sociais.

O problema persiste no ano de 2014 porque o município de SFP possui, segundo o Relatório de Informações Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), 3.022 famílias cadastradas, dentre as quais: 1.018 famílias com renda mensal *per capita* de até R\$ 77,00; 718 famílias com renda mensal *per capita* entre R\$ 77,00 e R\$ 154,00; 893 famílias com renda mensal *per capita* entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo; e 393 famílias com renda mensal *per capita* acima de meio salário mínimo. Este cadastramento é realizado de acordo com os critérios e indicadores socioeconômicos estabelecidos pelo governo federal (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2014). É expressiva a quantidade de famílias em situação de

vulnerabilidade social em relação à baixa renda e o fato deve preocupar os agentes públicos.

Tabela 10 - Percentual de vulneráveis à pobreza em 1991, 2000 e 2010

Localidade	1991	2000	2010
Brasil	58,53	48,39	32,56
Canela (RS)	51,42	33,55	17,79
Gramado (RS)	37,45	16,03	7,48
Nova Petrópolis (RS)	38,34	15,27	7,30
Picada Café (RS)	33,95	9,98	6,38
São Francisco de Paula (RS)	62,29	49,13	28,77

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a)

A vulnerabilidade à pobreza considerada na Tabela 11 faz referência às pessoas que percebem uma renda *per capita* inferior a meio salário mínimo nacional e não têm o ensino fundamental completo. Verifica-se uma evolução positiva de 1991 para 2010, o que significa uma redução da vulnerabilidade à pobreza neste período. Com exceção do município de SFP, os demais mostram melhores resultados em relação ao resultado da média nacional. Considerando que em 2010 o município de SFP possuía 20.537 habitantes, segundo o IBGE (2014a), um percentual de 17,73% resulta em uma quantidade de, aproximadamente, 3.641 pessoas que percebem uma renda *per capita* inferior a meio salário mínimo e que não têm o ensino fundamental completo. Estes resultados são preocupantes e ensejam a necessidade da ação governamental na elaboração ou implementação de programas ou políticas sociais que minimizem tais problemas. É importante salientar que existe uma relação de dependência diretamente proporcional entre baixa escolaridade e baixa renda.

Tabela 11 - Percentual de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e em que ninguém tem ensino fundamental completo nos anos de 1991, 2000 e 2010

Localidade	1991	2000	2010
Brasil	20,38	29,75	13,46
Canela (RS)	17,80	24,49	8,58
Gramado (RS)	16,06	10,74	3,31
Nova Petrópolis (RS)	16,87	10,13	2,65
Picada Café (RS)	13,27	6,64	3,10
São Francisco de Paula (RS)	25,84	33,55	17,73

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a)

Após uma longa análise de vários indicadores sociais diretamente relacionados a uma das variáveis mais importantes quando se fala sobre a redução da vulnerabilidade social, que ocorre com o aumento da renda *per capita*, na próxima seção será detalhada a análise dos indicadores relacionados à educação, não menos importante, porque quando se planeja diminuir desigualdades e debilidades sociais é imprescindível melhorar os índices educacionais.

3.3.2 Indicadores relacionados à educação

Do ano de 2000 para o ano de 2010, segundo os dados apresentados na Tabela 12, houve uma redução significativa da quantidade de crianças de 0 a 5 anos fora da escola, em todas as localidades pesquisadas. Apesar disto, os índices ainda são muito preocupantes e são considerados elevados. Especificamente, analisando o caso do município de SFP, com relação ao percentual apurado pelo censo de 2010, 79% é um índice alarmante porque com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a), no ano de 2010, o município possuía 1.822 crianças nesta faixa etária. Assim, este percentual significa que 1.439 crianças nesta faixa etária não estão frequentando a escola, denotando que o poder público municipal, que é o responsável pela educação no ensino fundamental, está diante de um desafio que é dotar o município de estrutura suficiente para suportar esta quantidade expressiva de crianças. É importante mencionar que o município possui apenas duas escolas públicas de educação infantil, com capacidade para aproximadamente 300 alunos no total das duas escolas. De acordo com o MEC, as crianças brasileiras devem ser matriculadas na educação básica a partir dos quatro anos de idade e as redes municipais e estaduais de ensino têm até o ano de 2016 para se adequar à nova norma e acolher os alunos. Esta nova norma foi estabelecida pela Lei Federal nº 12.796, de 04 de abril de 2013, que torna obrigatória a oferta gratuita da educação básica a partir dos quatro anos de idade (BRASIL, 2013b).

Tabela 12 - Percentual de crianças de 0 a 5 anos fora da escola em 2000 e 2010

Localidade	2000	2010
Brasil	76,21	56,85
Canela (RS)	85,43	67,00
Gramado (RS)	65,50	61,00
Nova Petrópolis (RS)	74,03	40,00
Picada Café (RS)	65,28	36,00
São Francisco de Paula (RS)	89,61	79,00

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a)

Os percentuais mostrados na Tabela 13 indicam que houve uma redução acentuada e gradativa do percentual de crianças de 6 a 14 anos fora da escola, evidenciando que a cada novo censo demográfico menos crianças e adolescentes, nesta faixa etária, estão fora da escola. Os índices da RH são menores que o índice da média nacional, contudo o município de SFP apresenta um percentual maior que os outros quatro municípios que compõem a região. Com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a), no ano de 2010, o município de SFP possuía 3.467 crianças e ou adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos. Em vista disto, apesar de o município ter reduzido significativamente o percentual de 22,76 em 1991 para 3,23 em 2010, ainda apresenta uma quantidade aproximada de 111 crianças e adolescentes fora da escola, na faixa etária de 6 a 14 anos. O percentual não é alto, mas é o maior se comparado aos municípios vizinhos analisados, sendo que o ideal seria próximo de zero.

Tabela 13 - Percentual de crianças de 6 a 14 fora da escola em 1991, 2000 e 2010

Localidade	1991	2000	2010
Brasil	24,48	6,89	3,31
Canela (RS)	23,42	3,95	2,85
Gramado (RS)	18,36	2,76	3,14
Nova Petrópolis (RS)	16,12	2,80	1,27
Picada Café (RS)	12,93	0,62	0,62
São Francisco de Paula (RS)	22,76	12,78	3,23

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a)

Analisando os dados apresentados na Tabela 14 chega-se à conclusão de que estes percentuais são considerados elevados porque se trata de índices superiores a 20% para pessoas que não possuem a escolarização a nível fundamental, o nível mais básico da educação. Não é possível afirmar que houve uma evolução significativa ao longo dos vinte anos pesquisados. Por outro lado, é

possível relatar que os municípios pesquisados apresentam percentuais que se equivalem aos da média nacional, no ano de 2010, com exceção do município de SFP que, via de regra, geralmente apresenta percentuais mais preocupantes se comparados aos municípios vizinhos. O município de SFP apresenta um índice expressivo porque 40,54% das pessoas não têm o ensino fundamental completo, numa população de 20.537, habitantes, segundo o IBGE (2014a), corresponde a aproximadamente 8.325 pessoas. Assim, este indicador é significativo e é relevante para entrar na agenda de programas e políticas sociais dos governos, que promovam a escolarização dos cidadãos, como um dos meios para promover o desenvolvimento humano, diminuir a pobreza e aumentar a renda *per capita* dos municípios.

Tabela 14 - Percentual de pessoas em domicílios em que ninguém tem fundamental completo em 1991, 2000 e 2010

Localidade	1991	2000	2010
Brasil	28,51	41,16	24,92
Canela (RS)	32,32	45,93	24,75
Gramado (RS)	35,99	38,54	21,26
Nova Petrópolis (RS)	36,29	38,62	24,37
Picada Café (RS)	35,18	43,71	23,62
São Francisco de Paula (RS)	39,30	51,50	40,54

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a)

A Tabela 15 mostra que diminuiu, consideravelmente, a quantidade de analfabetos do ano de 1991 para 2010, que é o ano do último censo demográfico. Ainda assim, a média nacional de analfabetos ainda é expressiva, bem como é expressiva a quantidade de analfabetos no município de SFP. Com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a), no ano de 2010, o município de SFP possuía 12.308 pessoas na faixa etária de 25 anos ou mais. Isto resulta em, considerando neste ano o percentual de 9% de pessoas que não sabem ler nem escrever, aproximadamente, em 1.108 pessoas que precisam de escolas que disponibilizem a estrutura necessária para a alfabetização.

Tabela 15 - Taxa de analfabetismo - 25 anos ou mais em 1991, 2000 e 2010

Localidade	1991	2000	2010
Brasil	23,45	16,75	11,82
Canela (RS)	14,05	8,31	5,17
Gramado (RS)	10,88	6,00	3,36
Nova Petrópolis (RS)	5,52	3,44	2,33
Picada Café (RS)	3,79	3,22	2,83
São Francisco de Paula (RS)	17,33	11,54	9,00

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a)

Observando os dados da Tabela 16 é fácil concluir que ocorreu uma redução significativa da quantidade de pessoas de 15 a 24 anos classificadas como vulneráveis, considerando que não estudam e não trabalham. Afirma-se que no ano de 2010 os municípios pesquisados apresentam percentuais melhores que a média do país. Todavia, tomando por base os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a), no ano de 2010, o município de SFP possuía 3.200 pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos; desta forma, um percentual de 9,18% representa aproximadamente 293 pessoas fora da escola e do mercado de trabalho. Importante observar que o município de SFP apresenta os piores resultados entre as localidades analisadas. Assim, carecendo de programas de inclusão social, como geração de emprego e distribuição de renda, e programas de estímulo à escolarização.

Tabela 16 - Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa, em 2000 e 2010

Localidade	2000	2010
Brasil	15,40	11,61
Canela (RS)	10,85	5,89
Gramado (RS)	3,84	1,77
Nova Petrópolis (RS)	2,62	1,03
Picada Café (RS)	1,56	1,06
São Francisco de Paula (RS)	20,18	9,18

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a)

Os dados da Tabela 17, apesar de mostrarem que melhorou consideravelmente no período de dez anos, ainda são alarmantes porque mais de quarenta por cento da população sem escolaridade a nível fundamental e trabalhando na informalidade caracteriza subdesenvolvimento econômico e social. A ocupação informal é uma consequência da baixa escolarização e da geração de

subempregos e, por conseguinte, da geração de renda baixa. O município de SFP apresenta o pior resultado entre os demais que foram pesquisados. Com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a), no ano de 2010, o município de SFP possuía 14.411 pessoas na faixa etária de 18 anos ou mais. Desta forma, considerando um percentual de 40,24% significa que tem, aproximadamente, 5.800 pessoas sem ter concluído os estudos na educação básica e ocupando empregos informais.

Tabela 17 - Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal em 2000 e 2010

Localidade	2000	2010
Brasil	48,71	35,24
Canela (RS)	41,83	26,77
Gramado (RS)	35,12	22,95
Nova Petrópolis (RS)	34,13	28,19
Picada Café (RS)	35,62	24,13
São Francisco de Paula (RS)	52,49	40,24

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a)

Ao finalizar a apresentação dos indicadores sociais relacionados à educação e suas respectivas análises, é fácil concluir que o município de SFP apresenta ineficiências preocupantes nos índices educacionais. É importante mencionar que os dados devem chamar a atenção do poder público na promoção de ações ou programas que minimizem tais problemas. Na próxima seção serão detalhados dados relacionados à saúde.

3.3.3 Indicador relacionado à saúde

A mortalidade infantil compreende o número de crianças que não sobrevivem no primeiro ano de vida a cada mil nascimentos vivos. Este indicador é usado para medir o desenvolvimento humano, pois revela sobre as condições de vida e sobre a assistência em saúde em determinada localidade. Segundo a classificação internacional da Organização Mundial da Saúde (OMS), a mortalidade infantil a partir de 50 mortes por mil nascidos vivos é considerada alta, de 20 a 49 mortes a cada mil é considerada média e abaixo de 20 mortes a cada mil é considerada baixa. A

queda na mortalidade infantil está associada, nas últimas décadas, às melhorias nas condições de vida da população e à atenção dada à saúde da criança (UNICEF, 2006).

Os dados da Tabela 18 relatam que a cada nova contagem do censo demográfico diminuiu os casos de mortalidade infantil, o que significa que as condições de vida da população estão melhorando, principalmente os atendimentos em saúde em relação à assistência à gestante e ao recém nascido. Os municípios da RH apresentam melhores resultados se comparados aos resultados da média nacional. O município de SFP apresenta um índice considerado baixo, segundo a classificação da OMS.

Tabela 18 - Mortalidade infantil em 1991, 2000 e 2010

Localidade	1991	2000	2010
Brasil	44,68	30,57	16,70
Canela (RS)	19,11	18,30	12,30
Gramado (RS)	15,55	13,10	10,60
Nova Petrópolis (RS)	14,60	12,30	9,30
Picada Café (RS)	22,20	20,00	12,10
São Francisco de Paula (RS)	29,63	19,40	10,70

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a)

Finalizando esta seção que faz uma análise bem genérica sobre dados de saúde, observando apenas a mortalidade infantil, conclui-se que o resultado deste indicador não é relevante para ocupar a agenda de política pública. Na próxima seção serão detalhados os indicadores relacionados ao desenvolvimento humano.

3.3.4 Indicadores relacionados ao desenvolvimento humano

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) brasileiro considera as mesmas dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) global, que são: longevidade, renda e educação. Para avaliar o desenvolvimento dos municípios, os indicadores levados em conta no cálculo do IDHM são mais adequados. Incluindo três importantes medidas do desenvolvimento, este indicador mostra um pouco da história dos municípios brasileiros. É importante porque

polariza o desenvolvimento centrado nas pessoas; porque possibilita a comparação entre municípios, por ser específico a cada município e porque estimula formuladores e implementadores de políticas públicas em nível municipal a priorizar a melhoria da qualidade de vida das pessoas em suas decisões e ações. O cálculo do IDHM é o resultado da raiz cúbica da multiplicação dos três IDHMs (longevidade, educação e renda), o qual será um número entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior será o desenvolvimento humano e vice-versa. Será muito baixo se apresentar resultado entre 0 e 0,499; baixo se for entre 0,500 e 0,599; médio se for entre 0,600 e 0,699; alto se for entre 0,700 e 0,799; e muito alto se for superior a 0,800 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2015b).

Pela análise do indicador na Tabela 19, observa-se que houve uma evolução do IDHM no período analisado, em todas as localidades, a cada novo censo demográfico. Em 2010, todos os municípios analisados apresentaram um resultado considerado alto na faixa de desenvolvimento humano, com exceção do município de SFP que apresentou um resultado de médio desenvolvimento humano.

Tabela 19 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em 1991, 2000 e 2010

Localidade	1991	2000	2010
Brasil	0,49	0,61	0,73
Canela (RS)	0,49	0,64	0,75
Gramado (RS)	0,55	0,70	0,76
Nova Petrópolis (RS)	0,59	0,70	0,78
Picada Café (RS)	0,52	0,65	0,76
São Francisco de Paula (RS)	0,46	0,59	0,69

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a)

O IDHM Renda considera a renda *per capita* dos residentes em determinado lugar, medindo a capacidade média de aquisição de bens e serviços dos habitantes do local de referência, necessária para suprir suas necessidades básicas. Com a utilização de logaritmos para aproximar os maiores valores de renda *per capita* dos menores, o cálculo é o resultado da razão entre o logaritmo da renda *per capita* municipal, subtraído do logaritmo do valor mínimo adotado para o cálculo do IDH global e o logaritmo do valor correspondente à menor renda *per capita* entre os 10% mais ricos residentes na Unidade da Federação (UF) que tiver a maior renda média do país no período analisado, subtraído do logaritmo do valor mínimo adotado para o cálculo do IDH global (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2015b).

Os dados da Tabela 20 mostram que houve uma evolução deste indicador, a cada nova coleta de dados do censo demográfico. Todos os municípios, no ano de 2010, apresentam índice classificado como alto, ainda assim o município de SFP apresenta o menor resultado entre todos os analisados, o que sugere a necessidade de aumento de renda *per capita* dos municípios.

Tabela 20 - IDHM Renda em 1991, 2000 e 2010

Localidade	1991	2000	2010
Brasil	0,65	0,69	0,74
Canela (RS)	0,63	0,70	0,74
Gramado (RS)	0,68	0,74	0,78
Nova Petrópolis (RS)	0,68	0,74	0,78
Picada Café (RS)	0,66	0,70	0,74
São Francisco de Paula (RS)	0,61	0,66	0,70

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a)

O IDHM Longevidade considera a esperança de vida ao nascer, isto é, considera os anos médios de vida que os cidadãos de determinada localidade vão viver a partir do nascimento. Assim, quanto maior forem os anos de vida de cada pessoa, maior será o índice de longevidade de determinada localidade. Para o cálculo deste índice são adotados parâmetros máximos e mínimos, os quais são, respectivamente, 85 anos e 25 anos. Assim, o cálculo considera a razão entre a diferença da esperança de vida ao nascer de determinada localidade, subtraída do parâmetro mínimo (25 anos) e a diferença entre os parâmetros máximo e mínimo (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2015b).

Os dados que constam na Tabela 21 mostram que o indicador apresentou uma evolução a cada nova realização do censo. No ano de 2010, todos os municípios apresentaram índices classificados como muito alto, acima 0,80, superiores à média nacional. Neste indicador, o município de SFP apresentou, no ano de 2010, resultado superior à maioria dos municípios vizinhos.

Tabela 21 - IDHM Longevidade em 1991, 2000 e 2010

Localidade	1991	2000	2010
Brasil	0,66	0,73	0,82
Canela (RS)	0,75	0,79	0,85
Gramado (RS)	0,78	0,84	0,86
Nova Petrópolis (RS)	0,79	0,85	0,89
Picada Café (RS)	0,73	0,77	0,84
São Francisco de Paula (RS)	0,68	0,78	0,86

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a)

O IDHM Educação mede o acesso ao conhecimento pela escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem. O percentual da população de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo serve para medir a escolaridade da população adulta. A média aritmética do percentual de crianças de 05 a 06 anos frequentando a escola; do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental; do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo; e do percentual de jovens de 18 a 20 anos que concluíram o ensino médio serve para medir o fluxo escolar da população jovem. A escolaridade da população adulta tem peso 1 e o fluxo escolar da população jovem tem peso 2 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2015b).

Apesar dos dados da Tabela 22 mostrarem que ocorreu uma evolução no período analisado, observa-se que são índices considerados baixos. No ano de 2010, a maioria das localidades analisadas apresenta índices médios e, como na maioria dos demais resultados dos índices apresentados nas análises deste trabalho, o município de SFP mostra o pior resultado se comparado aos outros municípios analisados, alguns menores até que a média nacional, como é o caso do IDHM Educação. Resultados como estes devem preocupar os gestores públicos, no sentido de promover programas ou políticas públicas de inserção nas escolas. Os dados são preocupantes. O nível de escolaridade influencia diretamente na renda das pessoas.

Tabela 22 - IDHM Educação em 1991, 2000 e 2010

Localidade	1991	2000	2010
Brasil	0,28	0,46	0,64
Canela (RS)	0,25	0,47	0,67
Gramado (RS)	0,31	0,55	0,66
Nova Petrópolis (RS)	0,38	0,54	0,69
Picada Café (RS)	0,29	0,52	0,70
São Francisco de Paula (RS)	0,24	0,41	0,53

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a)

Ao observar as tabelas e ler as análises sobre indicadores relacionados ao desenvolvimento humano, surgem reflexões sobre a importância das dimensões renda, educação e saúde. A administração pública deve priorizar ações que

promovam a melhoria das variáveis que compõem o IDHM. Na próxima seção, serão analisados os indicadores relacionados à habitação.

3.3.5 Indicadores relacionados à habitação

Pela análise da Tabela 23 observa-se que as localidades pesquisadas melhoraram muito a cada novo censo demográfico, atingindo em 2010 a quase totalidade dos domicílios providos de banheiro exclusivo e água encanada. Os índices apresentados pelos municípios integrantes da RH são superiores aos da média nacional. É importante ver que a cada novo censo os percentuais melhoraram em todas as cidades pesquisadas. A população dispor de banheiro e água encanada nos domicílios onde residem é uma condição que interfere diretamente na saúde desta população, no seu bem-estar e na sua qualidade de vida.

Tabela 23 - Percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada em 1991, 2000 e 2010

Localidade	1991	2000	2010
Brasil	66,97	76,72	87,16
Canela (RS)	87,64	91,17	97,78
Gramado (RS)	90,53	97,15	92,25
Nova Petrópolis (RS)	84,81	95,65	98,33
Picada Café (RS)	87,41	98,59	99,06
São Francisco de Paula (RS)	65,76	79,48	93,60

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a)

Pela análise dos dados mostrados na Tabela 24 conclui-se que os percentuais da população atendida pela coleta de lixo são ótimos, em todas as localidades pesquisadas, porque atingem a quase totalidade dos domicílios. Como ocorre na maioria dos indicadores pesquisados, a RH apresenta percentuais melhores que a média nacional, desta forma mostrando um maior desenvolvimento social nesta região. Em todas as localidades pesquisadas verifica-se que houve um aumento da quantidade de residências atendidas pela coleta de lixo, a cada novo censo demográfico.

Tabela 24 - Percentual da população em domicílios com coleta de lixo em 1991, 2000 e 2010

Localidade	1991	2000	2010
Brasil	77,93	91,12	97,02
Canela (RS)	89,26	98,71	99,81
Gramado (RS)	97,97	99,34	100,00
Nova Petrópolis (RS)	75,85	97,03	99,37
Picada Café (RS)	58,88	99,01	99,48
São Francisco de Paula (RS)	83,44	97,04	100,00

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a)

Os dados apresentados na Tabela 25 mostram que as localidades pesquisadas estão bem classificadas porque a quase totalidade das residências possuem o fornecimento de energia elétrica, todas com percentuais próximos a cem por cento. Os municípios integrantes da RH apresentam percentuais melhores que a média nacional e o município de SFP, assim como a média nacional, mostram uma maior evolução entre o primeiro e o último censo demográfico, que compreende um período de 20 anos. Os indicadores que mostram a quantidade de domicílios servidos por abastecimento de água encanada, servidos por serviços de coleta de lixo, bem como domicílios com fornecimento de energia elétrica, segundo dados mostrados nas tabelas, não são mais motivos de preocupação para o poder público.

Tabela 25 - Percentual da população em domicílios com energia elétrica em 1991, 2000 e 2010

Localidade	1991	2000	2010
Brasil	84,84	93,46	98,58
Canela (RS)	96,61	99,51	99,77
Gramado (RS)	99,76	98,97	100,00
Nova Petrópolis (RS)	95,87	99,80	99,97
Picada Café (RS)	99,89	99,23	99,67
São Francisco de Paula (RS)	80,14	94,96	99,32

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a)

Por outro lado, segundo o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), o município de SFP possuía no ano de 2010 um déficit habitacional de aproximadamente 956 domicílios; déficit ocasionado por coabitações, domicílios improvisados, habitações precárias e habitações em áreas de risco e não consolidáveis. O PLHIS fez um levantamento na sede municipal e detectou vários locais onde existem assentamentos precários, classificados como muito alto quanto ao déficit habitacional. Os assentamentos precários classificados como não consolidáveis são aqueles localizados nas faixas de domínio de estradas e vias, em

Áreas de Proteção Permanente (APP) (desde que fora de situações de risco) e aquelas ocupações irregulares em imóveis pertencentes ao poder público; os assentamentos precários classificados como áreas de risco e não consolidáveis são aqueles localizados em terrenos com declividade superior a 30%, ao longo de arroios e baixadas alagáveis (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2010).

Os indicadores apresentados nesta seção referentes a percentual de domicílios com banheiro e água encanada, percentual de domicílios com coleta de lixo e percentual de domicílios com energia elétrica não são motivos de preocupação para o poder público municipal, porque atingem a quase totalidade das residências; porém o déficit habitacional de 956 domicílios é fato relevante para ocupar a agenda de políticas públicas municipais.

3.4 INDICADORES SOCIAIS CONSIDERADOS CRÍTICOS EM SÃO FRANCISCO DE PAULA – RS

Tomando como base a análise dos indicadores sociais apresentados nas seções anteriores, na Tabela 26 é apresentada uma síntese dos indicadores considerados críticos, os quais serão passíveis de sugestão de programas ou políticas sociais que possibilitem minimizar os problemas decorrentes das ineficiências apresentadas por tais indicadores. Estas sugestões de programas ou políticas públicas serão tema para o próximo capítulo deste trabalho

Tabela 26 - Síntese dos indicadores sociais considerados críticos no município de São Francisco de Paula - RS, no ano de 2010

INDICADOR SOCIAL	PERCENTUAL NO ANO DE 2010*	QUANTIDADE DE PESSOAS EM 2010*
Pessoas extremamente pobres (aquelas que têm renda mensal <i>per capita</i> igual ou inferior a R\$ 70,00)	2,64%	542
Pessoas pobres (aquelas que têm renda mensal <i>per capita</i> igual ou inferior a R\$ 140,00)	7,80%	1.601
Pessoas vulneráveis à pobreza (aquelas que têm renda mensal <i>per capita</i> igual ou inferior a R\$ 255,00)	28,77%	5.908
Pessoas vulneráveis à pobreza (aquelas que têm renda mensal <i>per capita</i> igual ou inferior a meio salário mínimo e não têm o ensino fundamental completo)	17,73%	3.641
Crianças de 0 a 5 anos que estão fora da escola	79%	1.439
Pessoas que não têm o ensino fundamental completo	40,54%	8.325
Pessoas de 25 anos ou mais que são analfabetas	9%	1.108
Pessoas de 15 a 24 anos que não estudam e não trabalham e são vulneráveis nesta faixa etária	9,18%	293
Pessoas de 18 anos ou mais sem o ensino fundamental completo e em ocupação informal	40,24%	5.800

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2015a)

*Ano do último censo demográfico do IBGE

Ao finalizar esta seção, é importante mencionar que estes indicadores selecionados como críticos no município de SFP são relevantes para ocupar a agenda de políticas públicas e deve preocupar os gestores públicos municipais. A baixa escolaridade e a baixa renda atingem índices alarmantes e estes fatos, apesar de impactarem negativamente no desenvolvimento humano de cada cidadão, impacta negativamente no desenvolvimento socioeconômico do município. O próprio poder público municipal sofre as conseqüências de menor arrecadação em receitas financeiras.

4 SUGESTÕES DE AÇÕES, PROGRAMAS OU POLÍTICAS PÚBLICAS QUE MINIMIZEM INEFICIÊNCIAS EM SÃO FRANCISCO DE PAULA – RS

A despeito de todas as políticas sociais apresentadas no capítulo anterior, que estão em andamento no município de SFP, a análise apresentada neste trabalho mostrou que vários indicadores expuseram resultados preocupantes, os quais devem chamar a atenção dos agentes públicos e ocupar a agenda das políticas sociais.

4.1 AÇÕES OU POLÍTICAS SOCIAIS GERADORAS DE TRABALHO E RENDA

Conforme os dados mostrados na Tabela 26, no capítulo 3, considerando as pessoas extremamente pobres, as pessoas pobres e as pessoas vulneráveis à pobreza, o diagnóstico mostrou o expressivo percentual de 39,21% de pessoas que percebem uma renda *per capita* muito baixa. Neste sentido, são necessárias políticas sociais capazes de aumentar as ofertas de postos de trabalho, bem como de aumentar as ofertas de cursos profissionalizantes e melhorar a escolarização, como meios de capacitação para o mercado de trabalho. O percentual de 40,24% de pessoas de 18 anos ou mais sem o ensino fundamental completo e em ocupação informal é alarmante e preocupa mais ainda, porque além de impactar negativamente no desenvolvimento humano destes cidadãos, influencia diretamente no desempenho do desenvolvimento econômico do município e na geração de receitas públicas que servem para a melhoria dos serviços públicos que devem estar à disposição dos munícipes. Para o município, a criação de oportunidades de emprego é um grande desafio. É necessário pensar em diferentes formas e procurar estratégias que busquem um amanhã melhor para todos. A oportunidade de trabalho, como fonte de desenvolvimento humano, é um bem que deve ser proporcionado aos cidadãos. É necessário que cada administrador desenvolva alternativas para o bem de seu povo e do seu município. A geração de trabalho e renda, além de ser fonte de desenvolvimento humano, é fonte de desenvolvimento econômico local. Deve ser objetiva a inserção no mercado de trabalho formal, tendo

o maior número possível de trabalhadores como condição indispensável para a melhoria da situação de pobreza que se apresenta no município de SFP. Para tanto, são sugeridas as seguintes ações como formas de melhorar o acesso aos postos de trabalho: tornar mais eficaz o cadastramento de trabalhadores que demandam empregos; criar oficinas de orientação para trabalhadores que buscam colocação no mercado de trabalho; tornar mais eficaz o recrutamento, a seleção e a intermediação de profissionais para o mercado de trabalho; proporcionar melhores opções para a capacitação e qualificação profissional, sempre ofertando cursos técnicos de capacitação e de desenvolvimento de habilidades; criar um cadastro dos prestadores de serviços autônomos; conhecer e ter um cadastro completo do perfil da força de trabalho local como meio de melhor encaminhar às vagas que possam ocorrer.

Em sequência, também muito importante, os gestores públicos municipais devem, por obrigação, esforçar-se para obter sucesso na captação de novas empresas, principalmente, indústrias, que aceitem se instalar no município. Para isso, é necessário rever todos os seus planos de incentivos quanto à doação de terrenos e isenção de impostos municipais. Como mencionado no capítulo anterior, no ano de 1989, foi aprovada uma lei municipal que destinou duas áreas de terras para doação a empresas que implantassem suas unidades produtivas. Como era requisito para estas empresas instalarem suas plantas produtivas no prazo de dois anos, a partir da data da doação, bem como manter o setor produtivo em funcionamento, se faz necessário rever como está a situação de cada empresa lá instalada e, ser for o caso, criar e aprovar novas regras capazes de criar normas de como ocupar mais eficientemente os referidos espaços, abrigando mais empresas e criando regras no sentido de que demonstrem uma performance de desempenho que atenda aos interesses do desenvolvimento local, o que, necessariamente, redundaria em uma maior oferta de postos de trabalho.

4.2 AÇÕES OU POLÍTICAS SOCIAIS VOLTADAS À EDUCAÇÃO

Os percentuais de 40,54% de pessoas que não têm o ensino fundamental completo e o de 9% de pessoas de 25 anos ou mais que são analfabetas contribui,

de modo direto, para que a localidade apresente índices de renda *per capita* mais baixos, uma vez que a baixa escolarização gera subempregos e empregos informais. Em vista disto, chama-se a atenção do poder público municipal para que amplie as políticas que promovam a elevação da escolaridade, no sentido de criar ações capazes de inserir essa quantidade significativa de munícipes nos bancos escolares, estimulando-os a se matricularem no Programa Brasil Alfabetizado, ou mais ainda, sugere-se que amplie significativamente a oferta de vagas neste programa. Este programa deve ser uma porta de entrada para a alfabetização e a escolarização das pessoas ao longo de suas vidas.

Para acolher as 1.439 crianças na faixa etária de 0 a 5 anos que estão fora da escola, o governo municipal deve se preocupar na construção de novas escolas de Educação Infantil. As duas escolas que estão projetadas não serão suficientes, já que estas estão planejadas para abrigar em torno de 250 crianças no total. Para a construção destas novas unidades escolares, o município deve apresentar os respectivos projetos e concorrer para obter os recursos junto ao FNDE, através do programa Pró Infância.

4.3 AÇÕES OU POLÍTICAS SOCIAIS VOLTADAS À HABITAÇÃO

Para minimizar o déficit habitacional de 956 famílias, diagnosticado pelo PLHIS de 2010, o governo municipal deve apresentar novos projetos e pleitear suas aprovações junto ao PMCMV, do governo federal. Elaborar um novo PLHIS, atual, como forma de conhecer o déficit habitacional mais recente, tarefa que deve ter caráter periódico a cada dois anos, a fim de subsidiar os novos projetos habitacionais para a população de baixa renda. Unidades habitacionais devem ter projetadas suas construções em locais onde seja favorecida a mobilidade urbana dos futuros moradores, locais que sejam próximos a escolas e postos de saúde, ou que nos projetos esteja prevista a construção destes equipamentos públicos. Uma boa sugestão é criar regras que favoreçam a ocupação de espaços vazios localizados em áreas mais centrais.

As 17 unidades habitacionais em fase final de construção e as 105 unidades em fase inicial de construção apenas diminuem o déficit habitacional, não sendo suficientes para atender o total da demanda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho foi apresentar uma análise dos indicadores sociais do município de São Francisco de Paula – RS, como base informacional para elaboração e ou implementação de políticas públicas, propondo sugestões de melhorias, dando ênfase àqueles indicadores que têm relação direta com o desenvolvimento humano das pessoas, com o intuito de detectar no município a incidência da pobreza. Para isso, pesquisou-se os dados dos últimos três censos demográficos do IBGE, dos municípios da Região das Hortênsias, em sites específicos como o do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Analisou-se os indicadores de renda *per capita*; percentual de pobres, de extremamente pobres e de vulneráveis à pobreza; percentual de crianças de 0 a 5 anos fora da escola; percentual de crianças de 6 a 14 anos que estão fora da escola; percentual de pessoas sem o ensino fundamental completo; taxa de analfabetismo; percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem o ensino fundamental e em ocupação informal, entre outros. Estes indicadores foram elencados como importantes para mensurar o desenvolvimento humano e também necessários para detectar a incidência de pobreza.

Através deste estudo foi possível mostrar, com base nos dados pesquisados, que o município de SFP apresenta problemas considerados críticos, como um alto índice de incidência de pobreza, uma quantidade expressiva de pessoas com renda *per capita* muito baixa, um percentual alto de pessoas com baixa escolaridade, um déficit habitacional expressivo de moradias para pessoas de baixa renda, aquelas que não têm condições de adquirir domicílios com seus próprios dotes individuais, necessitando da ação governamental. Em todos estes indicadores, o município de SFP apresentou resultados considerados piores se comparados aos outros municípios integrantes da RH.

Se por um lado os objetivos propostos foram atingidos, chegando-se à conclusão que existe vulnerabilidade social no município de SFP; por outro lado os resultados apurados são preocupantes, denotando que os problemas contemporâneos não são poucos, implicando que exista um Estado atuante, que desempenhe o seu importante papel na promoção de soluções para os problemas da sociedade. No nosso país, a redução da pobreza e das desigualdades sociais é

crucial para o desenvolvimento humano e, conseqüentemente, para o desenvolvimento dos municípios. Um município que têm seus munícipes com maior renda *per capita* e com melhores índices educacionais, além de ter uma menor incidência de pobreza, terá uma maior renda agregada, o que impacta positivamente numa maior receita pública, possibilitando a oferta de melhores serviços públicos aos seus cidadãos.

Melhorar os índices educacionais e aumentar a inserção ou reinserção no mundo do trabalho são as principais ações que foram apontadas e sugeridas neste trabalho. Apesar de todas as ações, programas e políticas sociais citadas no capítulo 3 deste trabalho, as quais não estão dando conta de atenuar os problemas de baixa renda, de baixa escolaridade (percentual muito alto de pessoas de 18 anos ou mais sem o ensino fundamental completo e em ocupação informal) e percentual muito alto de crianças de 0 a 5 anos fora da escola, no capítulo 4 foram mencionadas algumas ações que devem ser tomadas, como meio de minimizar os problemas encontrados. É importante mencionar a necessidade preeminente de políticas sociais de geração de emprego e renda, como instrumento de inserir mais cidadãos no mercado formal de trabalho, diminuindo a baixa renda. A inserção no mercado formal de trabalho garante direitos sociais aos cidadãos e aumenta a renda agregada do município. O caminho sugerido é qualificar, escolarizar e profissionalizar cada vez mais e de forma constante os munícipes e, na contrapartida, o poder público ter uma preocupação contínua na captação de empresas. Quanto mais empresas, mais postos de trabalho ofertados.

Quanto à melhoria dos índices educacionais, principalmente reduzir o percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem o ensino fundamental, o caminho sugerido é ampliar a oferta de vagas no Programa Brasil Alfabetizado. Melhorar a escolarização da população impacta positivamente na melhoria da renda *per capita*, ao ampliar as possibilidades de inserção no mercado formal de trabalho.

Para melhorar o desenvolvimento humano das pessoas, se faz necessário não só dotá-las de um nível educacional cada vez melhor e de um emprego digno e rentável financeiramente, como também deve a atenção governamental começar já na pré-escola, ofertando vagas suficientes à totalidade das crianças na faixa etária de 0 a 5 anos. Além de ser importante nesta faixa etária para a formação das crianças, esta possibilidade contribui para o aumento da renda familiar, uma vez que ao deixarem as crianças nas escolas, abre a possibilidade para as mães adentrarem

ao mercado de trabalho, considerando que nossa população é composta por quantidade considerável de pobres, conforme dados mostrados no capítulo 3. É importante mencionar que o município de SFP tinha, no ano de 2010, 79% das crianças na faixa etária de 0 a 5 anos fora da escola, segundo os dados mostrados no capítulo 3. Assim, deve preocupar o poder público municipal, apresentando projetos para viabilizar novas construções de escolas de educação infantil.

Com relação aos problemas encontrados, o último que mencionamos é o fato de o município possuir 956 famílias carentes de domicílios adequados e em lugar de acordo com as normas ambientais e com as normas do plano diretor, segundo o PLHIS de 2010. Assim, para diminuir o déficit habitacional, a ação governamental deve priorizar atitudes na busca de aprovação de novos projetos para a construção de novas unidades habitacionais de interesse social para a população de baixa renda.

Através deste trabalho foi possível ter um panorama geral da vulnerabilidade social do município de SFP. Os objetivos propostos foram alcançados, mas os resultados obtidos não foram os almejados. Ainda assim, espera-se que as análises desenvolvidas e as sugestões citadas sirvam de reflexão para a promoção do desenvolvimento humano e para a promoção da melhoria na qualidade de vida dos cidadãos. Este trabalho não esgota, em nenhuma hipótese, os diagnósticos e as análises dos indicadores sociais do município, que devem ter caráter frequente e continuado, como forma de sempre estarem sendo apuradas e sugeridas novas ações para diminuir os problemas sociais que acometem a sociedade.

Dando continuidade, sugere-se a aplicação de novas ações, programas ou políticas sociais que reduzam a vulnerabilidade social encontrada, e que novos estudos sejam elaborados, de modo continuado, do levantamento de indicadores sociais do local, como forma de mensurar o desenvolvimento humano e, de forma constante, a ação governamental seja atuante na redução da pobreza e da vulnerabilidade e desigualdade social.

REFERÊNCIAS

- ADMINISTRADORES. **Dez passos para atrair novas empresas para os municípios.** 2010. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/dez-passos-para-atrair-novas-empresas-para-os-municipios/36731/>>. Acesso em: 10 maio 2015.
- ANTICO, Cláudia; JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores e a gestão de políticas públicas.** 2008. Disponível em: <http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/Gestao_de_Poi%C3%ADticas_Publicas/Indicadores_e_Gest%C3%A3o_de_Pol%C3%ADticas_P%C3%BAblicas.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2015.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Consulta de Indicadores.** 2015a. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 22 mar. 2015.
- _____. **O IDHM.** 2015b. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/>. Acesso em: 12 abr. 2015.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resultados finais do censo escolar de 2014:** município de São Francisco de Paula. 2015a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>. Acesso em: 21 abr. 2015.
- _____. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programas: Proinfância.** 2015b. Disponível em: <<http://www.fnede.gov.br/index.php/programas/proinfancia/proinfancia-apresentacao>>. Acesso em: 21 abr. 2015.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. **Programa Brasil Alfabetizado.** 2015c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17457&Itemid=817>. Acesso em: 21 abr. 2015.
- _____. **Políticas públicas asseguram mais trabalho e renda aos brasileiros.** 2015d. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/05/politicas-publicas-asseguram-mais-trabalho-e-renda-aos-brasileiros>>. Acesso em: 10 maio 2015.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais:** Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda - Dados por Município. 2014. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php#>. Acesso em: 20 abr. 2015.

_____. **Lei nº 12796**, de 04 de abril de 2013a. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências. **Leis**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>. Acesso em: 18 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Crianças terão de ir à escola a partir dos 4 anos de idade**. 2013b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18563:criancas-terao-de-ir-a-escola-a-partir-do-4-anos-de-idade&catid=211&Itemid=86>. Acesso em: 05 abr. 2015.

_____. Palácio do Planalto. **Saiba como funciona e como participar do Programa Minha Casa, Minha Vida**. 2013c. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/excluir-historico-nao-sera-migrado/saiba-como-funciona-e-como-participar-do-programa-minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 18 abr. 2015.

_____. **Lei nº 8.742**, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Lei**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 19 abr. 2015.

CAMARGO, J.M.. **Política social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos**. São Paulo em Perspectiva, 18(2): 68-77, 2004.

FEE. **São Francisco de Paula: perfil socioeconômico**. 2014. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=S%e3%o+Francisco+de+Paula>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

GELINSKI, Carmen Rosário Ortiz G; SEIBEL, Erni Jose. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 42, n. 1 e 2, p.227-240, out. 2008. Semestral. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/14581/13337>>. Acesso em: 14 mar. 2015.

GIL, Antônio Carlos. Como formular um problema de pesquisa? In: **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 23-29.

_____. A formulação do problema. In: **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1995. p. 52-59.

_____. Pesquisa Social. In: **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 1995. p. 27-32.

GUERRA, Alexandre Lalau. **O uso de indicadores aplicados ao planejamento de políticas públicas em municípios abaixo de 50 mil habitantes**. 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10060/Artigo_Alexandre_Guerra_MPGPP_4.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 mar. 2015.

IBGE. **São Francisco de Paula**: dados gerais do município. 2014a. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=431820&search;=|sao-francisco-de-paula>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

_____. **São Francisco de Paula**: histórico do município. 2014b. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=431820&search;=rio-grande-do-sul|sao-francisco-de-paula|infograficos:-historico>>. Acesso em: 27dez. 2014.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração Ufsc, 2009. 112 p.

_____. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 2, n. 56, p.137-160, jun. 2005. Trimestral.

KATZMAN, R. Vulnerabilidad, activos y exclusion social em Argentina y Uruguay. Santiago de Chile, OITFord. 1999.

LINDBLON, C. **O processo de decisão política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney; CALDAS, Ricardo Wahrendorff. **Políticas públicas**: conceitos e práticas. 2008. Disponível em: <<https://www.sebraemg.com.br/atendimento/bibliotecadigital/visualizardocumento.aspx?codigo=159>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Ciência e conhecimento científico. In: **Fundamentos de metodologia do trabalho científico**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003. p. 75-82.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2009. 290 p.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, n. 17, p.29-40, 22 jun. 2011. Semestral. Disponível em: <www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/695/619>. Acesso em: 25 dez. 2014.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa, et al. **Metodologia de construção do Índice de Qualidade urbana dos municípios brasileiros**. In: Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, set. 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_420.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2015.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa; OLIVEIRA, André Mourthé de; CARVALHO NETO, Antonio. Acesso à ocupação e à renda versus escolarização: O caso de Belo Horizonte. **X Seminário sobre a Economia Mineira**, Belo Horizonte - MG, v. 1, n. 1, p.1-14, jan. 2002. Disponível em:

<<http://www.cedeplar.face.ufmg.br/diamantina2002/textos/D73.PDF>>. Acesso em: 28 jun. 2015.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. **Sustentar o progresso humano**: Reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. 2014. Disponível em: <www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2014.

RIO GRANDE DO SUL - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. **Indicadores Sociais: Índice de Desenvolvimento Socioeconômico**. 2015.

Disponível em:

<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=812&cod_menu=811&tipo_menu=INDICADORES&cod_conteudo=1414>. Acesso em: 21 mar. 2015.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Definição do problema. In: **Projetos de estágio do curso de administração**. São Paulo: Atlas, 1996. p. 82-95.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009. 130 p.

SANTAGADA, Salvatore. Indicadores Sociais: Uma primeira abordagem social e histórica. **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 01, n. 01, p.113-142, jul. 2007. Semestral. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3764>>. Acesso em: 01 fev. 2015.

SÃO CHICO. **A cidade**. 2015. Disponível em:

<<http://www.saochico.com.br/acidade.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

SÃO FRANCISCO DE PAULA. **Relatório de atividades das Secretarias Municipais**. São Francisco de Paula: Prefeitura Municipal, 2014. 45 p.

_____. **Plano Local de Habitação Social**. São Francisco de Paula: Prefeitura Municipal, 2010. 106 p.

_____. **Lei nº 1.059**, de 15 de maio de 1989. Autoriza o Poder Executivo a criar o fundo de desenvolvimento industrial de São Francisco de Paula, conceder incentivos e dá outras providências. **Lei**. São Francisco de Paula, RS, 15 maio 1989a.

Disponível em:

<<https://drive.google.com/folderview?id=0B46MyU5kmgKaWHp0WHBHSUhFd3c&usp=sharing&tid=0B46MyU5kmgKaMEtDN005SndhTIE#list>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

_____. **Lei nº 1.076**, de 22 de agosto de 1989. Constitui o Distrito Industrial de São Francisco de Paula e dá outras providências. **Lei**. São Francisco de Paula, RS, 22 ago. 1989b. Disponível em:

<<https://drive.google.com/folderview?id=0B46MyU5kmgKaWHp0WHBHSUhFd3c&usp=sharing&tid=0B46MyU5kmgKaMEtDN005SndhTIE#list>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

SCANDAR NETO, Wadih João. **Síntese que organiza o olhar: uma proposta para construção e representação de indicadores de desenvolvimento sustentável e sua aplicação para os municípios fluminenses.** Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.ence.ibge.gov.br/pos_graduacao/mestrado/dissertacoes/pdf/2006/wadih_joão_scandar_netto_TC.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2015.

SEBRAE. **Políticas Públicas e ambiente de negócios: Conceito de Políticas Públicas.** 2014. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/customizado/politicas-publicas/135-24-conceitos-de-politicas-publicas/BIA_13524>. Acesso em: 02 abr. 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 42, p.529-550, jun. 2008. Bimestral.

TRZESNIAK, Piotr. **Indicadores quantitativos: reflexões que antecedem.** **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 1, p.159-164, ago. 1998. Quadrimestral.

UNICEF. **Mortalidade infantil: Infância ainda vulnerável.** 2006. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/Pags_008_019_Mortalidade.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2015.

VISÃO. **Imagens da Região das Hortênsias.** 2015. Disponível em: <<http://www.visao.org.br/site/images/site/mapa-regiao-das-hortensias.jpg>>. Acesso em: 31 jan. 2015.

ZANDONAI, Cristiane Oliveira. **A pobreza na região metropolitana de Porto Alegre.** 2005. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado Profissionalizante em Economia, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6733/000534267.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 01 mar. 2014.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração.** Florianópolis: Departamento de Ciências Administrativas/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009. pp. 15-45.